

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE  
MESTRADO/PPGEFB  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**JUVENTUDE E IDENTIDADE: O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO E  
CONSTRUÇÃO DO SER QUILOMBOLA ENTRE OS(AS) JOVENS DA  
COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA DE  
PALMAS/PARANÁ**

**INDIAMARA FERREIRA PICKLER MACHADO**

**FRANCISCO BELTRÃO – PR  
2017**

**INDIAMARA FERREIRA PICKLER MACHADO**

**JUVENTUDE E IDENTIDADE: O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO E  
CONSTRUÇÃO DO SER QUILOMBOLA ENTRE OS(AS) JOVENS DA  
COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA DE  
PALMAS/PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Sônia dos Santos Marques

**Francisco Beltrão – PR**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M149j

Machado, Indiamara Ferreira Pickler

Juventude e identidade: o processo de significação e construção do ser quilombola entre os (as) jovens da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas/Paraná. / Indiamara Ferreira Pickler Machado. Francisco Beltrão, PR., 2017.

114 f.

Orientadora: Profª. Dª. Sônia dos Santos Marques

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Centro de Ciências Humanas

1. Educação. 2. Juventude. I. Marques, Sônia dos Santos. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 370

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/965

## FOLHA DE APROVAÇÃO

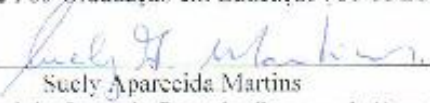
**INDIAMARA FERREIRA PICKLER MACHADO**

**TÍTULO DO TRABALHO:** JUVENTUDE E IDENTIDADE: O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SER QUTLOMBOLA ENTRE OS(AS) JOVENS DA COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA DE PALMAS/PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

### COMISSÃO EXAMINADORA

  
Orientadora - Sônia Maria dos Santos Marques  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
Programa de Pós-Graduação em Educação (UNIOESTE)

  
Suely Aparecida Martins  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
Programa de Pós-Graduação em Educação (UNIOESTE)

  
Georgina Helena Lima Nunes  
(UFPEL – Pós-Doutoranda do PPGEFB/UNIOESTE)

  
Francy Rodrigues da Guia Nyamien  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

  
Marcos Aurélio Zanlorenzi  
Universidade Federal do Paraná - Litoral (UTFPR)

Francisco Beltrão, 28 de agosto de 2017

## **Resumo**

MACHADO, Indiamara Ferreira Pickler. Juventude e Identidade: o processo de significação e construção do ser quilombola entre os(as) jovens da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas/Paraná. 2017. 0114 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

Esta pesquisa observou o processo de construção de identidades em uma comunidade remanescente quilombola do município de Palmas, no Estado do Paraná. A investigação teve como objetivo conhecer e analisar como se dá o processo de construção de identidades pela juventude da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista. Para chegarmos as respostas pretendidas, utilizamos o tipo de pesquisa etnográfica e como métodos de coleta de dados observação participativa, Diário de Campo e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados coletados se deu a partir do embasamento em referenciais teóricos que discutem identidade e diferença e suas formas de representação. A partir do conceito de juventude apontado pela própria comunidade, constatamos que os sujeitos definidos como jovens se auto reconhecem como remanescentes quilombolas e preservam a cultura de seus antepassados principalmente através da religião católica e pela transmissão de memórias e costumes pelos membros mais velhos da comunidade. De acordo com as narrativas de membros mais velhos, os jovens e as jovens tem papel fundamental na continuidade da cultura e na conquista do território. No entanto, embora sejam apontados como elementos fundamentais na continuidade da cultura local, estes não tem participação ativa nas decisões da comunidade. A juventude é compreendida como uma fase de preparação para a vida adulta, de moratória social. Ainda não estão aptos a participar e tomar decisões. A família, a igreja e a escola se destacam como elementos chave na construção, transmissão e preservação da identidade há pouco assumida. Os resultados apontam que a identidade quilombola está intimamente relacionada com a escola, pois é na escola que se fomenta a todo momento a construção dessa identidade. O trabalho escolar é realizado com o objetivo de fazer com que os alunos se auto reconheçam, assumam a identidade quilombola e se orgulhem. A finalização da pesquisa evidencia a importância do papel das identidades na conquista de direito pelos povos e comunidades negras tradicionais e quilombolas, as quais vem lutando por visibilidade frente as esferas de poder há anos.

Palavras-Chave: Juventude. Quilombola. Identidade. Educação. Território.

## **Abstract**

MACHADO, Indiamara Ferreira Pickler. Youth and Identity: the process of meaning and construction of the quilombola being among the youth of the community Adelaide Maria Trindade Batista from Palmas / Paraná. 2017. 0114 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

This research observed the process of identity construction in a quilombola community in the city of Palmas, in the state of Paraná. The research was aimed at knowing and analyzing how the process of building identities by the youth of the Quilombola Community Adelaide Maria Trindade Batista. In order to arrive at the desired answers, we used the type of ethnographic research and methods of data collect participatory observation, field journal and semi-structured interviews. The analysis of the data collected was based on theoretical references that discuss identity and difference and their forms of representation. From the concept of youth pointed out by the community itself, we find that the individuals defined as young recognize themselves as remaining quilombolas and preserve the culture of their ancestors mainly through the Catholic religion and the transmission of memories and customs by the older members of the community. According to the narratives of older members, young people has a fundamental role in the continuity of culture and in the conquest of the territory. However, although they are pointed as fundamental elements in the continuity of the local culture, they do not have an active participation in the decisions of the community. Youth is understood as a stage of preparation for adult life, of social moratorium. They are not yet able to participate and make decisions. The family, church, and school stand out as key elements in the construction, transmission and preservation of identity just assumed. The results indicate that the quilombola identity is closely related to the school, because it is at school that the identity construction is encouraged at all times. The school work is carried out with the purpose of making the students recognize themselves, assume the identity of the quilombola and be proud. The conclusion of the research highlights the importance of the role of identities in the conquest of right by the traditional black and quilombola peoples and communities, who have been fighting for visibility in the spheres of power for years.

**Keywords:** Youth. Quilombola. Identity. Education. Territory.

## AGRADECIMENTOS

Ser grato(a) é uma das mais belas qualidades que podemos ter. Esta, ainda estou desenvolvendo. A cada novo dia, procuro agradecer. Agradecer pela vida, pela saúde, pela família, pelos amigos, pela oportunidade. Por tudo o que tenho, pelo que posso realizar e que muitos sequer sonham existir.

A oportunidade de concluir um Curso de Mestrado, em uma instituição de ensino pública, quando muitos não têm acesso, é algo que me deixa feliz, nutre em mim o sonho de um dia isso ser algo comum na vida e formação do filho e da filha de todos (as) trabalhadores, que assim como eu, tiveram dificuldades para vislumbrar o ensino superior e os posteriores graus de ensino.

Sou imensamente grata a todos da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, ou como é mais conhecida, Bairro São Sebastião/Rocio. Neste lugar pude vivenciar momentos de satisfação e alegria. Lá, revi amigos que conquistei durante o tempo de moradia em Palmas e conquistei novos ao longo do processo de pesquisa. Todos valiosos.

Agradeço especialmente aos jovens que contribuíram com as entrevistas e que compartilharam parte das suas vidas e dos seus sonhos comigo. Estarão sempre em meu coração e espero reencontrá-los.

Neste momento, deixo registradas minhas palavras de gratidão a todos que de alguma maneira contribuíram para a conclusão dessa etapa tão importante para meu crescimento pessoal e profissional e para o meu desabrochar enquanto pesquisadora. Digo: palavras, pois o sentimento, em sua extensão e profundidade é de difícil tradução.

Obrigada ao Instituto Federal do Paraná, por contribuir possibilitando o Afastamento Integral das funções para a dedicação exclusiva ao mestrado.

À professora, Sônia Maria dos Santos Marques, pela orientação, pelos conhecimentos compartilhados e por acreditar que poderíamos juntas realizar esta pesquisa. Obrigada pelo carinho com que sempre nos acolhe, pelas palavras de consolo em momentos difíceis e por tornar nossa caminhada mais leve. Você nos inspira como profissionais e como seres humanos.

Aos professores, Marcos Aurélio Zanlorenzi, o “Zan”, Suely Aparecida Martins, Francly Rodrigues da Guia Nyamien e Georgina Helena Lima Nunes pelo aceite em participar da banca avaliadora e pelas riquíssimas contribuições.

A todos os professores do mestrado que, cada um à sua maneira, contribuíram para minha formação.

Aos colegas de turma, Andreia, Antônio, Denise, Denize, Felipe, Francieli, Gerson, Gisele, Jaqueline, Juliano, Maricélia, Moacir, Natanael, Rosangela e Suzana. Sou grata por termos compartilhado sonhos, conhecimentos, dúvidas, angústias; pelos momentos de descontração, pelos cafezinhos e pelas conversas. Fizemos amizades valiosas e que se fortalecem a cada dia. Desejamos e comemoramos o sucesso uns dos outros.

À Juliana Rodrigues, colega que se tornou uma grande amiga e parceira, que levarei para toda a vida. Como dizes: uma irmã científica.

À todos os amigos pela presença e por tornar esse processo mais leve e feliz.

Aos colegas de trabalho, que logo passaram ao status de grandes amigos, Fernanda, Tatiane e Marcos, por estarem sempre presentes e por dividir suas angústias e esperanças com relação a educação.

Ao meu companheiro, José Lucio, por sempre estar presente e por compartilhar sua existência comigo. Por me ajudar a manter e fortalecer a fé na humanidade e me fazer acreditar que é possível transformar o mundo através da educação, mesmo em tempos de retrocessos.



## **Lista de Mapas**

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1: Mapa de localização do Bairro São Sebastião do Rocio no Município de Palmas/PR..... | 20 |
| Mapa 2: Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Paraná.....             | 22 |
| Mapa 3: Demarcação as terras da comunidade quilombola de Palmas – Área reivindicada .....   | 22 |

## Lista de Fotografias

|                                                                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Fotografia 1: Salão de baile improvisado: tenda armada para possibilitar um espaço de dança e para proteger as pessoas do sol. .... | 29 |
| Fotografia 2: Arrasta-pé .....                                                                                                      | 30 |
| Fotografia 3: Palco para a banda .....                                                                                              | 31 |
| Fotografia 4: Juventude .....                                                                                                       | 33 |
| Fotografia 5: Atividades de capoeira com crianças e jovens do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira .....                | 69 |
| Fotografia 6: Preparação para a procissão .....                                                                                     | 82 |
| Fotografia 7: Procissão .....                                                                                                       | 83 |
| Fotografia 8: Moradores se juntam a procissão ao longo do caminho .....                                                             | 84 |
| Fotografia 9: Diferentes gerações em expressão de fé .....                                                                          | 85 |
| Fotografia 10: Criança: pedido de saúde e proteção.....                                                                             | 85 |
| Fotografia 11: Fortalecimento da fé e da tradição .....                                                                             | 86 |
| Fotografia 12: Biblioteca, sala de apoio e sala de professores .....                                                                | 88 |
| Fotografia 13: Salas de aulas provisórias .....                                                                                     | 88 |
| Fotografia 14: Horário do lanche .....                                                                                              | 89 |
| Fotografia 15: Sala de aula .....                                                                                                   | 89 |
| Fotografia 16: Artesanato confeccionado na escola .....                                                                             | 91 |
| Fotografia 17: Jogos de origem africana trabalhado na disciplina de Matemática .....                                                | 92 |
| Fotografia 18: Ato contra discriminação racial .....                                                                                | 93 |
| Fotografia 19: Apresentação dos/das jovens do Grupo de Capoeira.....                                                                | 94 |

## **Lista de Quadros**

|                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Características do grupo entrevistado.....                                   | 36 |
| Quadro 2: Comunidades remanescentes de quilombos - CRQs.....                           | 42 |
| Quadro 3: Comunidades remanescentes de quilombos – por região.....                     | 42 |
| Quadro 4: Ser remanescente quilombola.....                                             | 60 |
| Quadro 5: Titulação de territórios quilombolas – dados atualizados em 13/04/2017 ..... | 73 |
| Quadro 6: Número de títulos emitidos por governo – dados atualizados em 2015.....      | 75 |
| Quadro 7: Percepção do território quilombola .....                                     | 79 |
| Quadro 8: Significado do território quilombola .....                                   | 80 |

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ART. – Artigo

CCAF – Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CDN – Conselho Nacional de Defesa

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CF – Constituição Federal

CRQ – Comunidade Remanescente Quilombola

DOU – Diário Oficial da União

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FCP – Fundação Cultural Palmares

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GT – CM – Grupo de Trabalho Clóvis Moura

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul

IERPI – Instituto de Terras do Piauí

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITERBA – Instituto de Terras da Bahia

ITERJ – Instituto de Terras do Rio de Janeiro

ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

ITESP – Instituto de Terras de São Paulo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

RBJ – Rede Bom Jesus de Comunicação

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEHAF – Secretaria de Estado de Habilitação e Assuntos Fundiários (Rio de Janeiro)

SEPPIR – Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTFPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

## **Lista de Apêndices**

1. Roteiro de entrevistas com jovens
2. Roteiro de entrevistas com membros mais velhos
3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                          | 15  |
| 1. CAPÍTULO I - PERCURSOS DE PESQUISA: O EXERCÍCIO<br>ETNOGRÁFICO NA COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE<br>BATISTA ..... | 19  |
| 1.1. O campo de pesquisa .....                                                                                           | 19  |
| 1.2. Escolhas metodológicas.....                                                                                         | 23  |
| 1.3. Conceituação de quilombo e dispositivos legais .....                                                                | 39  |
| 1.4. Apontamentos acerca da identidade .....                                                                             | 44  |
| 2. CAPÍTULO II - SER JOVEM E SER QUILOMBOLA .....                                                                        | 48  |
| 2.1. Estado da arte: trabalhos relevantes sobre juventude quilombola.....                                                | 48  |
| 2.2. Apontamentos sobre a juventude.....                                                                                 | 49  |
| 2.3. Ser jovem na comunidade.....                                                                                        | 55  |
| 2.4. A comunidade vista pelo quilombola que está fora.....                                                               | 68  |
| 3. CAPÍTULO III – TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE.....                                                                 | 72  |
| 3.1. O direito ao território e o processo de titulação das terras: a luta das<br>comunidades .....                       | 72  |
| 3.2. O território na formação da identidade quilombola.....                                                              | 77  |
| 3.3. A escola e o papel da educação no processo de construção e afirmação da<br>identidade quilombola .....              | 86  |
| 3.4. A escola na formação de identidades: a percepção da juventude.....                                                  | 95  |
| CONCLUSÃO.....                                                                                                           | 100 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                        | 103 |
| Apêndices.....                                                                                                           | 108 |

## INTRODUÇÃO

Quem sou eu? Quem é você? Ao definir quem somos estamos assumindo identidades, e, ao fazê-lo, nos reconhecemos e nos diferenciamos dos Outros. Partilhamos da ideia de que a identidade e a diferença são elementos indissociáveis: a identidade depende da diferença, assim como a diferença depende da identidade.

E como e por que assumimos algumas identidades? Esta é a pergunta que nos move em direção ao campo de pesquisa; compreender como se dá o processo de construção de identidades entre os/as jovens moradores da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, de Palmas-PR.

Este é um trabalho que reflete a curiosidade e admiração que tivemos desde o primeiro contato com as comunidades quilombolas de Palmas-PR. Durante quatro anos convivemos, especialmente, com as pessoas da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, em atividades de projetos de pesquisa e extensão do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Pelo fato de estar nesta comunidade a primeira escola quilombola do Paraná a relação tornou-se cada vez mais intensa, pois a escola foi a porta de entrada para o estabelecimento de parcerias e concretização dos projetos. A escola é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, sempre está aberta à população e firma-se como um polo cultural e ponto de apoio aos moradores.

Durante o primeiro ano de instalação do IFPR em Palmas, o objetivo da instituição era de levar ao conhecimento da população palmense o que era o Instituto Federal e principalmente demonstrar que era possível o acesso das pessoas mais desfavorecidas economicamente ao ensino gratuito e de qualidade. A partir de visitas com objetivo de divulgação da instituição, passamos a conhecer a realidade dos bairros da cidade e fomos sensibilizados pela pobreza existente no município, ao mesmo tempo, internalizamos e partilhamos a luta por inclusão e efetivação dos direitos daquela comunidade.

Nesse sentido, passamos a querer saber mais sobre o que era ser quilombola e como os membros daquele grupo étnico se sentiam em relação a essa característica, começando a surgir questionamentos e o interesse em aprofundar a discussão sobre o tema no projeto de pesquisa para participação na seleção do Curso de Mestrado em Educação da Unioeste, campus de Francisco Beltrão.



O ingresso no mestrado possibilitou aprofundar os conhecimentos e compreender mais acerca das questões quilombolas na atualidade: suas buscas pela efetivação dos direitos, de valorização da cultura e identidade; das formas de transmissão da memória, o reconhecimento do negro na formação da sociedade brasileira e o direito a titulação das terras ocupadas.

Ao abordar o conceito de quilombo e povos quilombolas, destacamos sua concepção e definição atual, como relativamente novo. A partir da emergência dos movimentos sociais, nas últimas décadas é que se intensificaram os debates, propostas e políticas públicas voltadas para o combate das desigualdades que se perpetuaram historicamente. Neste movimento também foram contemplados os povos quilombolas, os quais são aceitos como grupo étnico-racial que possuem características históricas de relações com o território e ancestralidade negra associados a resistência. Destacamos, sobretudo, esta definição a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que assegura aos povos quilombolas o direito a preservação de sua cultura e identidade, bem como à titulação das terras ocupadas por seus ancestrais e a regulamentação desses direitos firmados através do Decreto 4.887/2003.

A escolha por pesquisar a juventude da comunidade, deu-se pelo fato de não ser um tema explorado ou uma categoria analisada em outras pesquisas nas comunidades quilombolas do município. Existem pesquisas sobre direitos territoriais, sobre mulheres, sobre a construção coletiva da memória, sobre o estar junto na comunidade, sobre o trabalho escravo na região, dentre outros, porém, nada especificamente sobre a juventude e seu papel na comunidade.

Os jovens e as jovens na comunidade são percebidos pelos demais membros como agentes transformadores e transmissores da história e da cultura. História marcada por desigualdades, mas também, por lutas. Na concepção das lideranças, a eles cabe a responsabilidade de dar continuidade a busca pelos direitos, a preservação da cultura e transmissão da memória.

A partir dessa realidade, decidimos investigar como os jovens rapazes e moças da comunidade se sentem e se reconhecem como pertencentes a este grupo e como acontece o processo de construção da identidade na Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista.

Ao iniciarmos a pesquisa de campo, com observações participativas, inserindo-nos em espaços da comunidade e interagindo com os moradores, surgiram algumas questões de pesquisa:

- a) De que forma o/a jovem se vê enquanto membro de uma comunidade quilombola?

- b) Como se dá o processo de construção da identidade quilombola entre os(as) jovens?
- c) Como os(as) jovens forjam um conceito de identidade? Há momentos de contestação, de afirmação ou de negação da identidade quilombola?
- d) Quais mecanismos são utilizados para a promoção da valorização e fortalecimento da identidade negra e quilombola?
- e) Como se estabelecem as relações entre lideranças e os (as) jovens e qual a influência das pessoas de mais idade desta comunidade no processo de apropriação do “ser” quilombola?

Com o objetivo de responder estes questionamentos, nossa pesquisa foi pautada no objetivo geral de identificar o processo de construção da identidade entre os(as) jovens quilombolas da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, e especificamente buscou-se:

- 1) Compreender o significado do ser quilombola, procurando analisar como o(a) jovem se percebe enquanto sujeito naquele espaço;
- 2) Identificar os momentos de contestação, afirmação ou negação da identidade quilombola;
- 3) Analisar como se estabelece a relação entre os membros mais velhos e jovens para formação da identidade quilombola;
- 4) Identificar os marcadores sociais presentes no processo de construção de identidades pelos(as) jovens;

Após definirmos quais aspectos deveríamos observar e as questões de pesquisa, selecionamos um grupo de oito jovens moradores da comunidade, com idade entre quatorze e vinte nove anos, de acordo com o conceito de juventude forjado pela própria comunidade, para realizarmos entrevistas semiestruturadas.

A partir das entrevistas passamos a conhecer e ter um relacionamento mais próximo com os sujeitos da pesquisa, fazendo com que surgissem narrativas interessantes que possibilitaram a seleção de alguns eixos temáticos.

Esteve muito presente nas narrativas, não só da juventude, mas durante todo o período de coleta de dados, o sentimento de pertencimento ao grupo e a importância em se preservar a identidade quilombola assumida há poucos anos. Com a autoafirmação dessa identidade, da importância da preservação e transmissão da memória

principalmente através da escola e dos membros mais velhos da comunidade e a luta pelo direito a titulação das terras, identificados fatores presentes nas falas, e após o cruzamento dos dados, tivemos como resultado as seguintes temas de análise: Identidade e pertencimento; tradição e memória; educação e escola; território/territorialidade e vida política.

A partir do material coletado, estruturamos a dissertação em um capítulo inicial, introdutório, em que traçamos breve contextualização do campo de pesquisa, as escolhas metodológicas e apontamentos acerca das definições de quilombo, explicitando os dispositivos legais que envolvem esta temática e também fazendo alterações sobre o conceito de identidade que utilizamos, partindo da concepção defendida pelo autor Stuart Hall (2011).

No segundo capítulo apresentamos os/as jovens da comunidade, o papel que desempenham neste contexto social, debatendo conceitos de juventude e breve histórico do seu significado social; apresentamos ainda alguns trabalhos já realizados sobre juventude e sobre a juventude quilombola; a relação estabelecida ente jovens e os membros mais velhos da comunidade e as lideranças locais. O que os depoentes compreendem por ser jovem e ser quilombola; os espaços utilizados como locais de socialização e encontros da juventude. Destacamos também as atividades que realizam e os momentos de fruição convivência.

Neste capítulo utilizamos com intensidade as entrevistas para analisar como se dá o processo de autorreconhecimento e apropriação da identidade quilombola bem como o despertar do sentimento de pertencimento àquele grupo étnico/político, em que se identificam uns com os outros e também são identificados pelos sujeitos externos àquele espaço. Aqui também apresentamos a visão de um adulto (34 anos), sobre a comunidade e suas dinâmicas. Ele é quilombola, vive fora da comunidade, mas é considerado um jovem, configurando-se como exceção a concepção de juventude vigente na comunidade.

Finalmente, no terceiro capítulo, nos dedicamos a exploração dos temas território, educação e escola, relacionando-os com a construção da identidade. Fazendo uma análise do papel do território e da escola no fortalecimento da identidade quilombola e na transmissão da cultura, da tradição e da memória. Analisamos a proposta curricular do Estado do Paraná para a educação quilombola, o Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Joana Ferreira, instalada na Comunidade e como o colégio realiza esta proposta na prática, evidenciando a importância atribuída a escola como um dos principais mecanismos de transmissão da memória, tradição, ancestralidade e da preservação da identidade quilombola.

# **CAPÍTULO I**

## **PERCURSOS DE PESQUISA: O EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO NA COMUNIDADE ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA**

### **1.1. O campo de pesquisa**

A comunidade Adelaide Maria Trindade Batista faz parte do Bairro São Sebastião, local afastado 8 quilômetros, aproximadamente, da área central do município de Palmas/ PR. Situa-se em uma área periférica, considerado um dos bairros com maior índice de pobreza e desigualdade social. Esta característica social está estreitamente relacionada ao contexto histórico de formação do município<sup>1</sup>. O Bairro São Sebastião foi criado pela Lei Municipal nº. 10.020/91, no entanto sua história inicia muito antes, pois de acordo com as narrativas dos moradores, o bairro foi fundado pelos negros escravizados e libertos que se estabeleceram no local por volta do ano de 1836, antes mesmo da cidade existir.

De acordo com a história, transmitida de geração em geração, de forma oral, o Bairro foi fundado pela negra, ex-escrava, Adelaide Maria Trindade Batista, vinda no ano de 1836 com as bandeiras de Zacarias Corte e José Ferreira dos Santos. Alguns dizem que veio dos campos de Guarapuava, outros afirmam ter vindo do Rio Grande do Sul, existindo muitas lacunas, pois não há registros de sua existência em documentação arquivada.

Adelaide trouxe consigo a imagem de São Sebastião, o santo ao qual era devota, e junto com outros negros fundou a comunidade que deu origem ao bairro. Construíram ali a capela e as primeiras casas feitas de “ripão”<sup>2</sup>, cobertas de capim e chão batido.

---

<sup>1</sup> Palmas é um município imbuído de resquícios do coronelismo, em que poucos, possuem grandes extensões de terras e riquezas, e muitos, quase não tem o que comer. Nos campos de Palmas foi utilizada a mão de obra escrava que ocupavam postos de trabalho nas fazendas de criação de gado e cavalos, embora houvesse uma relação diferenciada entre o escravizador e os escravizados, pois o serviço de pastoreio em grandes extensões de terras requeria certa “relação de confiança”, ainda havia castigos severos e a relação de propriedade. Como em todo Brasil, a sociedade Palmense, compartilhou e ainda compartilha, da ideologia racista, disseminando um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro, fortalecendo a grande desigualdade social existente na cidade. O município de Palmas tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do sudoeste do Paraná. Os dados são do Atlas do Desenvolvimento, elaborado pelas Nações Unidas, tendo como base o Censo 2010 realizado nos 5.565 municípios brasileiros. Palmas ficou na posição de número 40, entre as 42 cidades da Região Sudoeste Paranaense, com o índice de 0,660. No Paraná, Palmas ficou em 345º lugar e no Brasil, o município ocupa a posição 2.915.

<sup>2</sup> Ripas de madeira feitas a pique.

No mapa 1, podemos observar a distância existente entre a Comunidade/Bairro São Sebastião, a área central e os demais bairros do município, evidenciando a característica de isolamento, o que gera grande vulnerabilidade social, pelo esquecimento e abandono por parte do poder público.

**Mapa 1: Mapa de localização do Bairro São Sebastião do Rocio no município de Palmas/PR.**



Fonte: Google Earth

Elaboração: Indiamara F. Pickler/ 2016.

Palmas, atualmente, tem população aproximada de 47.674 habitantes, de acordo com dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, deste total, vivem no Bairro São Sebastião em torno de 4.500 pessoas<sup>3</sup>, cerca de 100 famílias<sup>4</sup>, número próximo de 300 pessoas, se auto identificam como quilombolas.

A comunidade assumiu o nome Adelaide Maria Trindade Batista, como forma de homenagem<sup>5</sup> a matriarca fundadora da comunidade, como já mencionado, foi uma negra

---

<sup>3</sup> Dado obtido junto à prefeitura municipal de Palmas.

<sup>4</sup> Dado fornecido pela Associação de moradores da Comunidade Negra Adelaide Maria Trindade Batista em novembro de 2016.

<sup>5</sup> Nomear a comunidade, homenageando a fundadora, foi uma sugestão da historiadora e especialista em Educação Patrimonial, Clemilda Santiago Neto, e teve como ponto de partida as narrativas dos moradores durante o processo de pesquisa do GT – Clóvis Moura, que objetivava a identificação e o início do processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares. O nome de Adelaide sempre esteve presente e, à época, os moradores acreditaram ser uma alternativa interessante, pois evidenciar suas raízes poderia facilitar a certificação. Atualmente reconhecem a importância histórica do nome, entretanto, perderam parte da característica que os identificava, pois o nome São Sebastião está relacionado com a origem deste grupo.

escravizada que veio com as caravanas para cozinhar e prestar os serviços necessários aos homens que conduziam as expedições de colonização da região.

Foi a partir dos estudos iniciados pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura<sup>6</sup> que a comunidade passou a ter dimensão do conceito de etnicidade e a percepção da possibilidade de pleitear benefícios a partir do direito constitucional.

O Grupo de Trabalho Clóvis Moura teve como objetivo fazer o levantamento das Comunidades Remanescentes Quilombolas ou “Terras de Pretos”, para que pudessem, além de adquirir visibilidade frente às esferas de poder e a sociedade civil, tornar-se alvo de políticas públicas de inclusão social voltadas para estes grupos. Para o desenvolvimento do trabalho, foi criada uma equipe de profissionais formados em História, fotojornalismo e demais áreas que partiram a campo fazendo o trabalho de identificação das comunidades. Até então, tinha-se pouco conhecimento acerca dessas comunidades e imaginava-se existir apenas as Comunidades da Invernada do Paiol de Telha no município de Pinhão, que reivindicava seu território ancestral e histórico no município de Reserva do Iguaçu; a Comunidade do Sutil e de Santa Cruz, em Ponta Grossa, e algumas no vale do Ribeira, porém, ainda não identificadas.

Foram identificadas ao todo 86 comunidades, porém, nem todas quilombolas. Destas, 37 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>7</sup>, três estão localizadas no município de Palmas: Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, nosso campo de pesquisa; Comunidade Remanescente Quilombola Castorina Maria da Conceição, localizada no Bairro Fortunato e Comunidade Negra Tradicional Tobias Ferreira, no Bairro Lagoão.

Podemos observar no Mapa 2, as comunidades já certificadas pela Fundação Cultural Palmares em todo o Paraná. Já no Mapa 3, elaborado pela pesquisadora Marcia Beraldo Lagos (2013), visualizamos a localização do município de Palmas como parte do Estado do Paraná, a localização da Comunidade no município e a área de terras reivindicada pela Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, que faz divisa com as demais comunidades.

---

<sup>6</sup> Grupo de Trabalho que teve origem a partir de demanda levantada durante o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Estado do Paraná, realizado em novembro de 2004, organizado pelo Movimento Negro com o apoio do Governo do Estado, foi instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado com participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR.

<sup>7</sup> Instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, fundada em 1988, voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira.





O bairro de São Sebastião é composto em grande parte por negros, já foi conhecido como “Rocio dos Pretos”, que consideramos como forma de reconhecimento de diferença cultural, um termo de identificação cultural que exerce uma compreensão de oposição binária, o branco contraposto ao negro (HALL, 2013).

Nestas condições, a população negra assume posições de identificação e pertencimento, principalmente a partir de 2007, ano em que os moradores se organizaram e foi criada a Associação da Comunidade Negra Rural Adelaide Maria Trindade Batista, quando reivindicaram efetivamente os direitos estabelecidos pela Constituição Federal no que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos.

A escolha da comunidade como campo de pesquisa se deu pelo fato de sermos moradores do município de Palmas por um período de quatro anos e por observarmos que surgiam novos aspectos identitários e novas iniciativas geradoras de processo de reconhecimento da identidade quilombola, também por ser a primeira a receber a certificação pela Fundação Cultural Palmares em 2007 e por ter a primeira escola quilombola do Paraná, que passa a ser Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira no ano de 2009, sendo mantida pelo governo do Estado do Paraná.

## **1.2. Escolhas metodológicas**

Inicialmente realizamos pesquisa bibliográfica para identificar trabalhos já realizados sobre a comunidade, percebeu-se que não havia nenhuma pesquisa voltada especificamente para os processos de construção de identidades ligados à juventude.

Existem alguns trabalhos desenvolvidos, porém voltados para outros aspectos da comunidade, como por exemplo do professor Diórgenes de Moraes Correa Alves (2013), pesquisa de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco, com o título “A luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais”, em que faz uma análise dos direitos territoriais dos quilombolas de Palmas, evidenciando as diferentes dimensões assumidas pela relação dos quilombolas com o seu território e com o trabalho tradicional, além dos obstáculos encontrados e a busca pela visibilidade para os quilombolas, os quais reforçam a sua luta e criam possibilidades, seja na arena de disputas jurídicas, seja na arena de disputas políticas.

Também identificamos a pesquisa de mestrado da professora Marcia Beraldo Lagos (2014), com o título “Palmas para mulheres mil” em comunidades Quilombolas: a



participação do IFPR – campus Palmas no programa nacional de inclusão social”, também pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR – campus Pato Branco. Neste trabalho a pesquisadora teve como objetivo analisar a participação do Instituto Federal do Paraná – campus Palmas no programa de inclusão social “Programa Nacional Mulheres Mil”, realizado por meio do Projeto de Extensão, denominado Palmas para Mulheres Mil, que propôs a elevação de escolaridade e a qualificação profissional das participantes. A atividade de extensão teve suas ações respaldadas na política pública com perspectiva de gênero, cujo objetivo, entre outros, era promover a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Consideramos ainda, a pesquisa realizada por Marlene Gonçalves Lopes (2011). Monografia defendida no Curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Neste trabalho, intitulado “Imagens e narrativas: trajetória educativa de mulheres quilombolas jovens”, a autora procura, a partir de narrativas e imagens de mulheres jovens quilombolas, compreender suas trajetórias educativas.

Na sequência, tivemos o trabalho de conclusão de curso de Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, de Hellen Cris Leite de Lima (2013), com o título “A construção da memória coletiva na comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista – Palmas/PR”. Este trabalho teve como objetivo compreender a memória coletiva construída em torno da história e da identidade da comunidade, suas fronteiras estabelecidas, suas disputas internas e suas contradições.

Também utilizamos trabalho de Mestrado do autor José Lucio da Silva Machado, realizado na Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, que foi publicado como livro “O Sertão e o Cativo – Escravidão e Pastoreio: Os campos de Palmas – Paraná 1859-1888”, no ano de 2015. Nesta pesquisa o autor buscou, através de fontes arquivais disponibilizadas pela Cúria Diocesana de Palmas, Fórum, Tabelionato e Instituto Federal do Paraná, evidenciar a existência do trabalho escravo na região de Palmas na atividade pastoril, as relações econômico sociais estabelecidas e o grau de dependência que aquela sociedade manteve em relação aos sujeitos escravizados, pois estes foram essenciais na manutenção dos núcleos de economia pastoril e na manutenção das estruturas domésticas.

Finalmente, utilizamos como referência para a nossa pesquisa, a tese de doutorado da professora Sônia Maria dos Santos Marques, intitulada “Pedagogia do Estar Junto: éticas e estéticas no Bairro de São Sebastião do Rocio”, defendida no ano de 2008, pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Em sua tese, Marques (2008, p.11) propôs-se a descrever as éticas e estéticas cotidianas do estar junto, evidenciando “o modo como os moradores do Bairro São Sebastião do Rocio inventam e inventaram as socialidades e constituem o estar junto naquele espaço”.

De acordo com Marques (2008), trata-se

de configurar os processos vividos por essa comunidade que tem um caráter pedagógico e, de alguma maneira, permitem a sua continuidade como grupo. É importante dizer que não situamos esses conhecimentos em uma instituição mas no estar junto com, movimento que parece cingir diversas instituições, perseguindo as interfaces que permitiram compor uma figura complexa. (MARQUES, 2008, p.11)

A tese de Marques (2008), inspirou na busca pelos elementos culturais e sociais presentes no movimento de reinvenção das identidades assumidas pelos jovens do grupo cultural, pois a dinâmica do estar junto torna possível esse processo de reconhecimento e sustentação das novas e velhas identidades.

A inclinação pelos jovens para essa investigação se deu pelo fato de não termos pesquisas específicas com estes membros da comunidade, mas principalmente, pelo contato que tivemos quando trabalhávamos com os cursos técnicos integrados de nível médio do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, onde tivemos a oportunidade de conhecer e conviver com os jovens estudantes e suas famílias. Além do contato com os alunos dos cursos do IFPR também conhecemos a realidade da comunidade por meio dos projetos de extensão, voltados para a promoção da igualdade e inclusão social.

A investigação inicial, ainda enquanto ideia de projeto de pesquisa para o processo de seleção de mestrado, nos levou a descoberta de que não nos constituímos a partir de uma única identidade. Que identidade não é fixa, mas relacional, pautada na visão de si a partir da relação com o Outro. Assim, a forma como cada sujeito se percebe é também em função de como os outros os veem e está intimamente relacionada com a diferença<sup>8</sup>.

A partir das leituras acerca de identidades, que segundo Hall (2013, p. 94), “todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites, definindo o que são em relação ao que não são”, passamos a aprimorar a discussão sobre o problema de investigação, do como acontece o processo de construção da identidade entre os jovens e as jovens moradores da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas – PR, e também sobre as questões de pesquisa:

---

<sup>8</sup> Utilizamos o conceito não como forma binária de diferença, entre o mesmo e o Outro, mas a diferença enquanto multiplicidade e não unidade. (Hall, 2013).

a) De que forma os jovens e as jovens se veem enquanto membros de uma comunidade quilombola?

b) Como se dá o processo de construção da identidade quilombola entre os(as) jovens?

c) Como os(as) jovens forjam um conceito de identidade? Há momentos de contestação, de afirmação ou de negação da identidade quilombola?

d) Quais mecanismos são utilizados para a promoção da valorização e fortalecimento da identidade negra e quilombola?

e) Como se estabelecem as relações entre liderança e os(as) jovens e qual a influência das pessoas de mais idade desta comunidade no processo de apropriação do “ser” quilombola?

Diante do exposto, a pesquisa, em sua configuração, compreendeu os significados atribuídos pelos(as) jovens ao ser quilombola por meio de suas experiências vividas, valorizando seu entendimento da realidade ao qual pertencem.

A partir de um exercício etnográfico, buscamos reflexão sobre as representações, as diferenças e semelhanças, a diversidade em suas vivências, a inserção nas estruturas da vida social, o processo de formação educativa, socialidades e momentos de contestação política. Percebemos esses aspectos como parte do processo formador de identidades, pois de acordo com Groppo (2011, p. 18) “é nos interstícios dos sistemas onde e quando os indivíduos podem formar pequenas tribos e criar espontaneamente identidades diferenciais nas quais se sentem acolhidos”.

Durante o processo de pesquisa, procuramos demonstrar aspectos subjetivos do grupo observado e compreender suas percepções e entendimento acerca do tema proposto: o significado de ser um/uma jovem quilombola. Pois a compreensão individual ou coletiva da identidade é construída por meio do processo de significação das representações de símbolos que compõem as histórias, memórias e imagens que produzimos sentidos com os quais podemos nos identificar.

A etnografia propõe alternativa na compreensão do emaranhado de significados forjados pelo homem que perpassam as estruturas dos conjuntos de sistemas simbólicos. É o que Geertz (1989) apresenta como “uma descrição densa”:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as

linhas de propriedade, fazer o censo doméstico...escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado- (GEERTZ, 1989, p. 20).

Para o autor, a etnografia não trata de descrever locais, fatos, pessoas ou atitudes, mas de interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos, compreender, a partir de suas visões de homem e de mundo, a sua essência, de demarcar quem são, o que pensam, como se sentem a respeito do seu processo de produção cultural.

Neste processo, consideramos o pesquisador não como um ser neutro e desprovido de sensibilidade, pelo contrário, nos colocamos em tarefa de interação com os participantes, compreendendo e se inserindo em processo de empatia. Neste movimento, importa aproximar-se do significado atribuído pelos sujeitos e avistar os fenômenos estudados.

As escolhas metodológicas foram definidas a partir das observações realizadas na comunidade. E o primeiro passo foi percorrer o espaço geográfico, conhecer o Bairro, observar o que havia de comum, de diferente; as ruas, as casas, os acessos, os espaços públicos, a circulação de pessoas, todas as características físicas e sociais do Bairro São Sebastião.

Partimos para a imersão da pesquisadora no campo de investigação de forma profunda, para que fôssemos capazes de perceber questões que poderiam não se evidenciar em breve aproximação. Portanto, a inserção na comunidade se deu de forma cuidadosa, iniciando com as observações do espaço, conversas com pessoas conhecidas da pesquisadora, apresentação aos demais membros da comunidade, participação nas atividades festivas, rituais religiosos e demais espaços que nos possibilitaram acesso a socialidade da vida cotidiana do bairro.

Neste tipo de investigação, conforme Gil (2010), o pesquisador não pode estar preocupado com o trabalho final, mas atentar ao processo de coleta. Neste sentido, é conveniente considerar que à medida que se aprofunda no campo, o problema de pesquisa se corporifica, visto que o adensamento da relação com a vida cotidiana do grupo permite compreender seus códigos, ditos, não-ditos, e adentar a cultura daquele lugar. Desta forma, ainda que exista um planejamento inicial há que possibilitar abertura para o novo que se apresenta. Assim, buscamos a incursão na vida cotidiana da comunidade, almejando nesse processo reconhecer as especificidades do grupo e conceito de juventude que circula na comunidade.

Definir, exatamente, quem são os jovens da comunidade não foi algo fácil. Inicialmente, pensou-se em utilizar o conceito de juventude segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, desta maneira, há uma divisão de faixa etária da população, de forma que a juventude inclui pessoas na faixa dos 14 aos 29 anos de idade.

A partir do contato mais próximo com a comunidade, passamos a conhecer a realidade das pessoas e percebemos que havia jovens com 29 anos, de acordo com a definição do IPEA, que já não viviam essa realidade, não eram reconhecidos e não se reconheciam como tal. Já estavam casados, tiveram filhos muito jovens, que hoje são pré-adolescentes ou adolescentes. Portanto, fomos a campo para observar e identificar qual era a ideia de ser jovem que a comunidade tinha.

De acordo com as narrativas obtidas durante o processo de pesquisa, a juventude para essa comunidade é estruturada por adolescentes a partir de quatorze anos até vinte e poucos anos e solteiros, observando-se que não há uma idade definida em que termina a fase da juventude. Caso sejam casados/conviventes, deixam de ser jovens e passam para o que definem como adultos. Os (as) jovens solteiros (as) que têm filhos também estão na categoria de adultos, pois o fato de ter um filho está associado com responsabilidade e capacidade de manter e sustentar outrem.

Essa definição foi obtida durante longas e divertidas conversas com membros da comunidade, durante as visitas à matriarca Dona Arlete, pois, em sua casa, sempre há “um entra e sai de gente”, pedindo licença e postulando sua benção. Dona Arlete é madrinha, comadre, tia, avó, mãe, sogra, amiga das as pessoas da comunidade. Também em conversas com Dona Cida, a “líder lá de baixo” como ela mesma se identifica. Segundo ela, “cuido dos assuntos lá de baixo e a comadre Arlete cuida dos assuntos desse povo aqui de cima, nós duas somos as líderes, as mais velhas dessa comunidade.”<sup>9</sup>

As duas senhoras são mencionadas como as pessoas de referência de sabedoria e respeito, conforme narrativa da Entrevistada 1:

A gente sempre respeita muito as pessoas mais velhas, principalmente a Dona Arlete que é a líder da comunidade e a Dona Cida, que são as pessoas mais velhas. Há sempre uma questão de respeito, por que eles [os jovens] escutam. Escutam e sabem que elas tem a sabedoria para passar pra gente, é sempre uma questão de troca, por que assim como a gente respeita elas, elas também nos respeitam, elas nos ouvem, por que

---

<sup>9</sup> Quando Dona Cida fala: “o povo lá de baixo”, está se referindo as pessoas que residem em uma parte mais baixa do bairro, localizada numa área de maior vulnerabilidade social. É o local onde foram se assentando os mais pobres, a maioria das casas são construídas com sobras de chapas de madeira prensada, algumas cobertas de lona. Em sua fala fica evidente a diferenciação entre as duas, uma forma de hierarquização pelo status social (Conversa realizada em março de 2016).

também temos coisas para passar pra elas. (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, março de 2016).

Nesta fala, sentimos o respeito e admiração que a entrevistada 1, nutre pelas mulheres mais velhas e lideranças na comunidade. Neste dia anotamos no caderno de campo: “sua expressão de orgulho toma conta da face e fica evidente pelo seu sorriso” (Diário de Campo, Março de 2016).

Em outros momentos conversamos e observamos a comunidade na sua efervescência, durante a tradicional festa dedicada ao santo padroeiro: São Sebastião. A festa religiosa acontece todos os anos no mês de janeiro, no domingo mais próximo ao dia 20, que é consagrado ao santo. A comunidade é em sua maioria de religião católica. Este é um dia de alegria e muita comemoração, dia em que praticamente toda a comunidade se envolve, seja na organização, na cozinha, na churrasqueira assando a carne, nos jogos ou participando da festa. Tudo acontece no pátio de grama em frente à igreja.

Nesta ocasião foi armada uma tenda de lona para que as pessoas pudessem dançar e um palco coberto, ao lado, destinado a banda e ao som. Jovens, adultos, crianças, idosos, todos participam deste momento de confraternização, conforme podemos observar nas imagens feitas durante a festa de São Sebastião.

**Fotografia 1: Salão de baile improvisado: tenda armada para possibilitar um espaço de dança e para proteger as pessoas do sol**



Fonte: Fotografia realizada por Indiamara F. Pickler em 23/01/2016



Ressaltamos, também, a fundamental importância do registro fotográfico no processo de coleta de dados, pois nos possibilita expor ao leitor uma representação visual a partir do olhar da pesquisadora.

Na fotografia 1, é possível perceber como ocorre a dinâmica e organização da festa de São Sebastião. Este espaço está localizado em frente à Igreja, é um espaço gramado, no centro está a tenda improvisada como salão. Ao fundo, no espaço coberto de telhas, próximo as árvores está a churrasqueira e as mesas para o almoço. Nas outras duas tendas, logo atrás do espaço reservado para a dança, fica o caixa, na tenda vermelha e na tenda azul as bebidas.

### **Fotografia 2: Arrasta-pé**



Fonte: Fotografia realizada por Indiamara F. Pickler em 23/01/2016.

Na fotografia 2 podemos observar a alegria das pessoas da comunidade. Para eles o estar junto e compartilhar daquele momento de festa é algo esperado o ano todo: dançam, confraternizam e se divertem. As pessoas dançam descalças; quem não dança, fica em volta e observa; as crianças correm e brincam no gramado e entre os jovens, adultos e idosos que dançam embaixo da tenda.

### Fotografia 3: Palco para a banda



Fonte: Fotografia realizada por Indiamara F. Pickler em 23/01/2016.

Na fotografia 3, observamos o palco da banda. Este palco de madeira foi construído pelos moradores, especialmente para receber os músicos que animaram a festa, onde preocuparam-se com a melhor posição, principalmente por ser um dia muito quente, está localizado embaixo das araucárias e onde faria sombra em breve.

Durante a festa conversamos com várias pessoas que evidenciavam o quanto se sentiam bem participando daquele momento de confraternização e nos chamou atenção em um diálogo que tivemos com um senhor idoso durante o almoço, o qual registramos posteriormente no Diário de Campo:

**Pesquisadora:** Bom dia! Tudo bem com senhor?

**Senhor:** Bom dia, tudo bem sim e a senhora?

**Pesquisadora:** Tudo bem. Festa boa né? O senhor mora aqui ou só veio para o churrasco?

**Senhor:** Já morei, mas agora moro em Mangueirinha. Sempre venho nas festas aqui. Depois que morei aqui não perco uma, só por motivo de doença mesmo.

**Pesquisadora:** Mas o que o senhor gosta tanto aqui que vem de longe só pra festa?

**Senhor:** Ah! Eu gosto do lugar, gosto do povo daqui. Por mim tinha ficado aqui até hoje, mas meu pai me deixou umas terras em Mangueirinha e daí eu tive que ir pra lá cuidar. Até pensei em vender e voltar pra cá, mas é o lugar onde meu pai nasceu e fiquei com dó de



vender. Lá eu tenho minhas lavouras, minhas vaquinhas de leite, dá pra se virar.

**Pesquisadora:** Mas o senhor não nasceu aqui então? Veio depois morar aqui?

**Senhor:** Não, eu nasci lá nas terras que eu estou hoje, que é onde meu pai morou a vida toda. Eu morei aqui quando me “ajuntei” com uma mulher aqui de Palmas. Mas aí a gente acabou se separando e eu fui pra lá. Mas tu sabe que eu gosto desse lugar, aqui é muito bom!

**Pesquisadora:** O senhor quer almoçar aqui conosco? Eu tenho mais pratos, pode usar um.

**Senhor:** Não precisa não, eu trago só a minha faca e pego um espeto e um pão e já está bom, não precisa de prato não. Mas eu vou ficar aqui perto de vocês pra nós prosear (Diário de Campo, 23 de janeiro de 2016).

A partir do registro do Diário de Campo, podemos perceber a comunidade como um local onde as pessoas sentem prazer em conviver, que pessoas de fora, que tiveram oportunidade de viver e conviver naquele espaço, voltam. O senhor deste diálogo estava sentado em uma cadeira com um espeto de madeira apoiado no chão, um pedaço pequeno de carne, comendo tranquilamente, quando nos aproximamos para organizar uma mesa para almoçar. Sua simplicidade e tranquilidade nos chamou atenção, percebendo que ali era um local que lhe fazia bem, sentia-se feliz.

Tivemos conversas muito divertidas e agradáveis, mas sempre procurando saber mais sobre a juventude e focando nosso olhar para a maneira como se comportavam e como interagiam com os demais sujeitos naquele espaço, fazendo algumas observações no Diário de Campo, com percepções da pesquisadora:

Os(as) jovens são iguais em qualquer lugar, isso é certo! Aqui observo que há grande diferença entre os mais novos e mais velhos, isso não significa grande diferença de idade, quem sabe um ano ou dois. As meninas próximas ao carrinho de sorvete aparentam ser mais jovens, adolescentes, no máximo 15 anos. São mais tranquilas, mais despojadas, não estão muito preocupadas com a produção do visual, ao contrário das mais velhas, que estão maquiadas e mais arrumadas, a maioria de vestidos curtos e coloridos. Estas estão circulando e curtindo a festa, estão indo para a barraca de jogos. Os rapazes estão mais afastados, ficam em grupinhos tomando cerveja e rindo, alguns convidam as meninas para caminhar, dar uma volta pelo local; outros convidam para dançar, mas são poucos, parecem ter vergonha ou não saber dançar. Alguns rapazes mais novos estão sentados próximo a tenda de dança. Também tem algumas crianças perto, que interagem bastante com os meninos mais novos, eles aparentam ter uns 14 ou 15 anos (Diário de Campo, 23 de janeiro de 2016).

**Foto 4: Juventude.**



Fonte: Fotografia realizada por Indiamara F. Pickler em 23/01/2016.

Na fotografia 4, percebemos as jovens passeando pelo local que fica logo atrás as tendas de dança e de bebidas. Na construção abaixo é onde vende-se os doces, bolos e salgados para o lanche da tarde. As crianças logo a frente estavam se dirigindo à barraca do chamado Jogo do Cavalinho, que é uma espécie de roleta como cavalos na ponta. Quando para de girar o cavalo mais próximo a marca ganha um prêmio. Os prêmios geralmente são brinquedos de plástico ou sacos de doces, o que atraiu muitas crianças para esta barraca.

Neste dia, iniciamos efetivamente o percurso na pesquisa. Foi o primeiro dia de observação com grande parte da comunidade reunida em um mesmo local, em que pudemos fazer parte daquele espaço heterogêneo, rico e plural.

A jornada de aprofundamento no campo empírico partiu da construção de um corpus de pesquisa, que é o mecanismo de ligação entre o tema e o problema. Segundo Bauer e Aarts (2002), o corpus de um tema é composto pelos materiais identificados como fontes importantes para que o pesquisador possa aprofundar seu texto. O corpus de pesquisa constitui-se através do conjunto de documentos ou procedimentos utilizados que são evidências da realidade e que permitiram avaliar os fatos a partir dos dados coletados.

Iniciamos a coleta através da observação participativa, sempre com o apoio de um gravador ou de um caderno, Diário de Campo, em que fazíamos as anotações. Após as

observações procuramos um local tranquilo para reviver em um processo mental toda a observação, as conversas, as percepções que tivemos durante o transcurso. Escrevíamos com a maior riqueza de detalhes possível, nos questionando e fazendo observações sobre as nossas percepções. Consideramos este momento como o de maior aprendizado, pois estávamos abertos a novos olhares e procurando iniciar um exercício de “despir-se de si mesmo”, deixando de lado pré-conceitos e construções simbólicas e imaginárias sobre o campo de pesquisa.

Durante o processo de observação procuramos ao máximo apreender as formas de conexões sutis entre a maneira como os(as) jovens se percebem e como percebem o Outro. A partir desta percepção definimos os instrumentos adequados para a coleta de dados. Nos utilizamos, inicialmente, de um Diário de Campo, no qual fazíamos anotações de acordo com nossas percepções. Em seguida, concluímos que a forma mais adequada e que possibilitaria aproximarmo-nos dos(as) jovens seria entrevistas semiestruturadas. Este instrumento oportunizou estreitamento na relação pesquisadora/sujeito da pesquisa. Foram nestes momentos que compreendemos, por meio das narrativas, gestos e olhares; o que era dito, não dito e o que acreditavam que gostaríamos de ouvir. Deste percurso uma percepção constante: o quanto é complexo realizar uma pesquisa desta natureza.

Este processo foi enriquecedor para a pesquisa, pois conseguimos, nesse contato individualizado e próximo, visualizar sentidos, sensações, que nos eram estranhas e não imaginávamos ocorrer.

Consideramos que a entrevista foi a melhor escolha como procedimento para coleta de dados, pois de acordo com Bauer e Gaskell (2002):

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER E GASKELL, 2002, p.65).

Além disso, para conseguir absorver o máximo de conhecimento possível das pessoas, o(a) pesquisador(a) deve ser capaz de se comunicar de maneira que não intimide ou faça com que os sujeitos da pesquisa respondam aquilo que acham que queremos ouvir. Essa observação demarca a importância da relação com o grupo, do estabelecimento da confiança e da forma como usar para captar a vida cotidiana do grupo.

Quanto a seleção dos depoentes, não houve um processo de escolha específico, foi algo natural, que ocorreu a partir do contato com a comunidade, com os(as) jovens e suas famílias. Neste movimento, percebemos haver maior dificuldade no contato com os jovens rapazes, dificuldade em instiga-los a participar e a expressar suas visões sobre a vivência da comunidade. Entramos em contato com algumas pessoas que não se sentiram à vontade em participar, sentiram-se envergonhados em falar, fazendo com que convidássemos outras pessoas que aceitaram fazer parte da pesquisa.

Após identificarmos os jovens, iniciamos o contato com os possíveis depoentes. Entramos em contato convidando-os a participar da pesquisa. Apresentamos o tema, questões de pesquisa, nossos objetivos e a finalidade como parte das exigências para obtenção do título de mestre. Explicamos e esclarecemos todas as dúvidas com cada jovem maior de dezoito anos. Já com os menores, conversamos também com os responsáveis e, da mesma maneira, falamos em que consistia a pesquisa e nossos objetivos. Todos concordaram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação na pesquisa através de entrevistas semiestruturadas. Selecionamos oito jovens com idade entre 14 e 25 anos, quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Alguns dos depoentes nós já conhecíamos, por termos contato através dos projetos desenvolvidos pelo IFPR campus Palmas, outros passamos a conhecer a partir do convívio com a comunidade.

Optamos por não identificar os(as) jovens participantes da pesquisa, pois mais adiante abordaremos momentos de contestação nesse processo de construção de identidades, questões políticas, relacionadas com a visão dos jovens acerca da forma como a comunidade é organizada e conduzida pelas lideranças. Dessa forma, consideramos pertinente não expor os nomes dos depoentes. Serão apenas identificados como entrevistada ou entrevistado, número e idade.

Com a realização dos procedimentos de autorização, marcamos o dia e horário para iniciarmos as entrevistas, todas de acordo com a disponibilidade de cada jovem e em horário e local indicados por eles.

Inicialmente, na primeira fase de coleta de dados, entrevistamos quatro moças: uma de 15 anos, uma de 16 anos, uma de 17 anos e uma de 22 anos. Já na segunda fase das entrevistas, convidamos quatro rapazes: um de 14 anos, um de 19 anos, um de 20 anos e um de 23 anos. No quadro abaixo apresentamos uma breve descrição de cada um dos jovens. Ao final das entrevistas pedimos para que cada um falasse um pouco de si, de forma bem subjetiva, sobre seus gostos, seus sonhos, o que se sentissem à vontade para compartilhar.

Alguns jovens nos enviaram uma breve apresentação por mensagem em redes sociais ou aplicativos de celular (Facebook e WhatsApp), pois passamos a manter contato após nos conhecermos, outros falaram ao final das entrevistas. Os que ainda não haviam feito essa dinâmica de apresentação pessoal, fizeram em outros momentos que nos reencontramos para esclarecer algumas dúvidas que ficaram em relação a questões pontuais. Deixamos os depoentes bem à vontade para falar o que quisessem. Nos momentos que não sabiam o que falar houve intervenção da pesquisadora que sugeriu que falassem sobre como se sentiam em relação ao fato de pertencer a uma comunidade quilombola, o que é de fato, o foco da nossa pesquisa. Percebemos que nem todos se sentem tranquilos para falar de si mesmos, principalmente os rapazes. As moças demonstram maior desenvoltura e segurança em falar de algo mais íntimo, subjetivo.

**Quadro: 1 – Características do Grupo Entrevistado**

| Entrevistado(a) | Idade | Sexo | Ocupação                                  | Reside na comunidade atualmente? |
|-----------------|-------|------|-------------------------------------------|----------------------------------|
| 1               | 16    | F    | Estuda                                    | Não                              |
| 2               | 22    | F    | Estuda e trabalha                         | Não                              |
| 3               | 15    | F    | Estuda                                    | Sim                              |
| 4               | 17    | F    | Estuda                                    | Sim                              |
| 5               | 20    | M    | Estuda e trabalha                         | Sim                              |
| 6               | 14    | M    | Estuda                                    | Sim                              |
| 7               | 19    | M    | Trabalha                                  | Sim                              |
| 8               | 23    | M    | Trabalhos eventuais<br>Estuda para o ENEM | Não                              |

Elaborado por Indiamara F. Pickler, Março de 2016.

No quadro 1, apresentamos algumas características dos nossos sujeitos da pesquisa. Conforme já dito, são oito jovens moças e jovens rapazes, alguns moradores da comunidade e outros não mais. Mas todos mantém vínculos com o local, principalmente pelo parentesco.

Para a seleção dos sujeitos, escolhemos os jovens com alguma participação, mesmo que pequena, em algum setor ou atividade desenvolvida na comunidade. Jovem que frequenta ou frequentou a escola quilombola, grupo de dança, grupo de capoeira, grupo de jovens da igreja, associação de moradores etc.

Inicialmente havíamos cogitado a possibilidade de realizar entrevistas narrativas, porém, fizemos um teste, uma forma de entrevista piloto com outros jovens que não fazem parte do grupo pesquisado. Este teste, ou entrevista piloto, indicou que seria uma técnica

fracassada, pois as narrativas foram curtas e na fase de perguntas os entrevistados não conseguiam se expressar de forma a evidenciar seus sentimentos, suas percepções, somente contavam sua história, dados sobre seus familiares, ou seja, não seriam informações que nos levariam a compreensão do significado da identidade, suas similaridades e diferenças.

Elaboramos então um guia com algumas perguntas, que foi nosso referencial durante a conversa. Embora em algumas entrevistas nem chegássemos a fazer a pergunta, pois ao longo da conversa os depoentes abordavam o assunto, pois as perguntas estavam conectadas entre si, tornando-se um roteiro.

Primeiro orientávamos os depoentes como seria a entrevista, com algumas perguntas, mas que poderiam falar livremente. Também com relação ao uso do gravador, se em algum momento não estivessem a vontade poderíamos desligar.

Todas as entrevistas ocorreram de forma tranquila. Primeiramente pedíamos que falassem seus nomes e suas idades e que contassem sua história de vida. Depois iniciávamos efetivamente com o guia de perguntas. Neste roteiro abordávamos questões sobre o que era ser jovem, ser quilombola, sobre a forma de organização política da comunidade, questões de preconceito por ser negro ou quilombola, sobre a relação com os membros mais velhos da comunidade e sobre a importância das narrativas enquanto patrimônio cultural e transmissão da história da comunidade. Também questionamos com relação a escola e o papel da escola na comunidade e a influência em suas vidas e na forma como se relacionavam e construíam suas subjetividades.

Após a conclusão do processo de coleta de dados através das entrevistas, passamos para a fase de transcrição das falas. Foi um processo demorado, mas rico em informações. Um momento em que pudemos ouvir de forma apreciativa e não tão preocupada com o processo de coleta em si, se o gravador funcionaria de acordo com o esperado, se o entrevistado falaria etc. Conseguimos nos atentar aos detalhes das narrativas, ao tom de voz, que oscilava entre empolgação e desconforto, entre certezas e dúvidas. Revisamos, mentalmente, aquele momento, podendo perceber ditos e não ditos, fazer uma análise profunda dos discursos assumidos, que foram construídos e dando sentido as novas identidades assumidas.

A partir da transcrição e análise dos dados, enumeramos algumas unidades de significados presentes na narrativa de cada um dos entrevistados. Após a análise das entrevistas fizemos o cruzamento desses dados e elaboramos alguns eixos temáticos que estiveram presentes durante as falas dos entrevistados as quais deram origem a quatro

grandes temas: identidade e pertencimento; tradição e memória; escola e educação; território/territorialidade e vida política.

Esteve muito presente nas entrevistas, a questão da relação entre construção de identidades e educação. Os jovens veem a escola como um instrumento potencializador da difusão e manutenção da identidade cultural quilombola e valorização do negro. Percebem a escola como instituição capaz de abrir caminhos para que as crianças e os jovens possam adentrar em novos espaços de contestação.

Também abordam o território e a territorialidade como forma de manter a identidade e consideram um mecanismo importante de luta contra o preconceito. Durante as entrevistas, abordaram a questão do preconceito relacionado com a contestação do território e com o sistema de cotas para ingresso em cursos de instituições públicas, o que está presente na fala da jovem Entrevistada 1, que assume como compromisso e vê como uma necessidade a transmissão da cultura e memória aos seus descendentes, percebe-se como fazendo parte de uma tradição de luta e resistência, mesmo não percebendo que esta é também uma identidade política:

[...] quando os professores tocavam no assunto dos quilombolas e dos indígenas, nessa questão de espaço, eles (colegas de classe) falavam que nós estávamos roubando os espaços e roubando as casa deles, que era injusto isso. E que eu não sei se é um preconceito direcionado a mim, ou direcionado a todos os outros negros, como a questão das cotas raciais que, na minha sala a gente sempre discute... e existem colegas que são contra as cotas raciais, só que eles veem como se fosse uma injustiça, por que eles acham que os direitos são para todos mas não são. (Entrevistada 1, 16 anos, março de 2016).

Nesta fala, compreendemos que a identidade assumida pela jovem não é só uma questão cultural ou de preservação da memória ou de luta contra o preconceito, mas a incorporação da identidade quilombola como uma identidade política.

Percebemos que as identidades são construídas no interior de relações de poder e que toda identidade está fundada sobre uma exclusão. Neste sentido é que estão as marcas do poder. Quando se tem o poder de incluir e excluir, de afirmar quem pertence ou não a determinado grupo, classificar quem será aceito ou não.

Segundo Silva (2006, p. 83) “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre nós e eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. Neste sentido, funda-se uma oposição binária, enquanto um recebe um valor

positivo, o outro recebe um valor negativo, produzindo assim as diferenças raciais, étnicas, nacionais e de gênero.

Neste sentido, é que construímos este trabalho, buscando discutir de forma ampla e profunda as questões de pesquisa, abordando teoricamente os conceitos de identidade e de juventude, estabelecendo relações com os dados levantados durante o processo de coleta de dados e com as categorias de análise.

### **1.3. Conceituação de quilombo e dispositivos legais**

Ao darmos sequência na pesquisa, faz-se substancial destacar quem são os quilombolas ou remanescentes de quilombo. Os quilombolas são definidos como grupos étnico-raciais que possuem uma característica histórica de relação com o território e ancestralidade negra associados a resistência.

A partir da Constituição de 1988, foi assegurado aos povos quilombolas, o direito a preservação de sua cultura e identidade, bem como à titulação das terras ocupadas por seus ancestrais. Segundo o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF/ADCT, 1988). O documento, além da questão territorial, também discorre sobre cultura na Seção II, Art. 215 e Art. 216:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. [...]

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários,



registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. [...]

Como é possível perceber, além da garantia do direito à moradia associado à identidade étnica há também a possibilidade de manutenção dos costumes, tradições e modos de viver. O território que ocupam é o que torna possível a preservação do elo constituído durante gerações permitindo a manutenção de um grupo com alta probabilidade de desaparecer.

Neste sentido podemos refletir sobre as tensões e os conflitos existentes no processo de construção da identidade quilombola, entendendo que o autorreconhecimento se faz por (re)construções simbólicas estruturantes e o reconhecimento social e político por ações junto ao poder público.

Assim, o patrimônio material e imaterial são reconhecidos como direitos fundamentais das populações quilombolas e cabe ao poder público garantir acesso a tais questões. Na Constituição Federal estava garantida a heteroidentificação o que significa que era preciso a observação externa a comunidade para que se iniciasse o processo de reconhecimento.

A partir desse momento houve um processo de ressemantização do conceito de quilombo fundamentado em pesquisadores como Moura (1981), lançam-se novos olhares acerca da temática e inicia-se movimento de revisão da historiografia social em que os quilombos passaram a ser representados como fator importante na dinâmica da sociedade brasileira. O autor, faz análise sobre a formação dos quilombos como organização de resistência ao escravismo no Brasil. Neste contexto, estes sujeitos e grupos tornaram-se símbolo de luta contra o sistema escravista e as condições desumanas vividas pelos negros escravizados (MOURA, 1981).

Os quilombos passam então, a ser estudados como uma organização social, econômica e cultural; um sistema que constituía resistência a opressão de uma sociedade que teve sua economia e relação de trabalho apoiadas na escravidão.

Segundo Moura (1981), a primeira referência que trata da existência de quilombos no Brasil, foi em documentos oficiais portugueses do ano de 1559, mas em 1740 o Conselho Ultramarino, define-o como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1981, p.16).

Nas historiografias tradicionais, até recentemente, o quilombo era abordado de forma superficial, associado a uma comunidade de negros fugidos, de modo que não se fazia discussão acerca da formação diversificada, sobre os elementos que o compõem e sobre a caracterização diferenciada em relação a formação dos diversos grupos. Ademais, os quilombos não foram ocorrência isolada ou esporádica, pelo contrário, foi fenômeno recorrente e presente em vários lugares durante o período escravista. Tal fato, demonstra sua importância social e histórica.

Isso se comprova através da observação do grande número de comunidades remanescentes de quilombos identificadas no Brasil que estão em processo de reconhecimento, certificação e titulação de terras.

Atualmente, segundo dados da Fundação Cultural Palmares, temos no Brasil um total de 2.849 comunidades remanescentes de quilombos identificadas, que estão dispersas pelo território nacional, com exceção dos estados do Acre, Roraima e Distrito Federal. Desse total de comunidades identificadas, muitas estão em processo de certificação ou aguardando visita técnica para levantamento de dados, sendo que, já foram certificadas 2.401 comunidades. Estima-se no entanto, que possa haver aproximadamente 5 mil comunidades em todo o Brasil.

Nos quadros abaixo (2 e 3), podemos verificar o número de comunidades certificadas e identificadas divididas por Estado e a seguir por região<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Observamos que a maior concentração de comunidades quilombolas está no Estado da Bahia, seguido do Maranhão, Pará e Minas Gerais. Esse número está relacionado em parte com a ocupação do território pelos colonizadores portugueses, que iniciaram esse processo pela costa do nordeste brasileiro e devido às características do solo fértil para o cultivo da cana de açúcar, aos poucos foram adentrando pelo interior do Brasil e desenvolvendo outros tipos de atividades ao longo de todo o período Colonial e depois Imperial. A grande concentração de mão de obra escrava supria a demanda nos engenhos de cana-de-açúcar, nas fazendas de gado, de algodão, nas áreas de mineração e fazendas cafeeiras.

## Quadro 2 - Comunidades Remanescentes de Quilombos – CRQs

| <b>QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CRQs</b> |                           |                            |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------|
| <b>Informações Atualizadas até 20/05/2016.</b>                       |                           |                            |
| <b>Unidade Federativa</b>                                            | <b>CRQ’S Certificadas</b> | <b>CRQ’S Identificadas</b> |
| Acre                                                                 | 0                         | 0                          |
| Alagoas                                                              | 67                        | 68                         |
| Amapá                                                                | 40                        | 40                         |
| Amazonas                                                             | 8                         | 8                          |
| Bahia                                                                | 597                       | 718                        |
| Ceará                                                                | 45                        | 46                         |
| Distrito Federal                                                     | 0                         | 0                          |
| Espírito Santo                                                       | 33                        | 38                         |
| Goiás                                                                | 33                        | 33                         |
| Maranhão                                                             | 474                       | 653                        |
| Mato Grosso                                                          | 69                        | 71                         |
| Mato Grosso do Sul                                                   | 22                        | 22                         |
| Minas Gerais                                                         | 229                       | 275                        |
| Pará                                                                 | 188                       | 245                        |
| Paraíba                                                              | 36                        | 36                         |
| Paraná                                                               | 37                        | 37                         |
| Pernambuco                                                           | 129                       | 138                        |
| Piauí                                                                | 81                        | 86                         |
| Rio de Janeiro                                                       | 34                        | 35                         |
| Rio Grande do Norte                                                  | 22                        | 22                         |
| Rio Grande do Sul                                                    | 120                       | 122                        |
| Rondônia                                                             | 8                         | 8                          |
| Roraima                                                              | 0                         | 0                          |
| São Paulo                                                            | 50                        | 54                         |
| Sergipe                                                              | 31                        | 35                         |
| Tocantins                                                            | 37                        | 44                         |
| <b>Total</b>                                                         | <b>2402</b>               | <b>2849</b>                |

Fonte: <http://www.palmares.gov.br> Acesso em 03/05/2017.

## Quadro 3 – Comunidades Remanescentes de Quilombos – Por região

| <b>QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CRQs</b> |                           |                            |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------|
| <b>POR REGIÃO - Informações Atualizadas até 20/05/2016.</b>          |                           |                            |
| <b>Região</b>                                                        | <b>CRQ’S Certificadas</b> | <b>CRQ’S Identificadas</b> |
| Norte                                                                | 281                       | 345                        |
| Nordeste                                                             | 1482                      | 1804                       |
| Centro-oeste                                                         | 124                       | 126                        |
| Sudeste                                                              | 346                       | 402                        |
| Sul                                                                  | 169                       | 172                        |
| <b>Total</b>                                                         | <b>2402</b>               | <b>2849</b>                |

Fonte: <http://www.palmares.gov.br> Acesso em 03/05/2017.

Com o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, foi regulamentado o procedimento para identificação e reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que tratava o Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias:

[...]Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.  
[...]

Como podemos perceber o decreto estabelece a auto identificação como central para iniciar o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas. Ademais, demarca definição do que sejam comunidades quilombolas.

Observando essas características, o grupo pesquisado inicia percurso histórico a partir do qual, assume novas identidades e seleciona marcadores para se afirmar como tal.

Também destacamos, como grande influenciador nesse novo momento, o avanço nas políticas públicas para valorização e difusão da cultura afro brasileira, principalmente com a promulgação da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas de educação básica. Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil.

Sobre a questão, é importante lembrar que a partir da promulgação da lei geraram políticas públicas que intensificaram as reivindicações de grupos sociais negros que até então tinham seus direitos obliterados ou invisibilizados pela história oficial. Posteriormente, em 2008, esta lei foi modificada, passando a vigorar a Lei 11.645/2008, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

A inserção da temática história e cultura africana e afro-brasileira como conteúdo obrigatório, faz-se necessária visto que há demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação dos seus direitos, e isto requer mudanças de postura, reorganização de discursos e alterações nas relações inter étnicas e no modo de tratar e se referir as pessoas negras. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.12), reconhecer significa:

[...] valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história [...] ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor de sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir seus estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 85).

Isto significa, portanto, reconhecer o negro como sujeito de direitos e, mais ainda, abrir espaços para discussões sobre as políticas de ações afirmativas e os direitos de reparação para as populações afrodescendentes.

Consideramos, que o aparato legal, envolvendo as questões quilombolas e também a defesa dos direitos da população negra brasileira como um todo, são de extrema necessidade e importância para a constituição de uma nova visão acerca da participação do/da negro/a na formação do Brasil.

#### **1.4. Apontamentos acerca da Identidade**

Ao discutirmos as questões acerca da identidade, partimos da consideração de que existe, segundo Woodward (2000), duas perspectivas de análise do conceito: essencialistas e não-essencialistas. Na perspectiva essencialista a identidade existe como conjunto fixo de características que todos os membros de determinado grupo partilham e que não se alteram ao longo do tempo, afirmando a identidade como algo estável e imutável, com base em afirmações históricas ou biológicas. Já a identidade a partir de uma abordagem não-essencialista foca nas diferenças, mas também nas características comuns ou partilhadas.

Nesta última perspectiva, a identidade está em constante movimento, ante os processos de significação que os sujeitos participam e as interfaces que compõe esse processo. Desta maneira, o sujeito está inserido e é afetado por várias identidades, por exemplo, identidade de gênero, de religião, identidade nacional ou de classe etc.

Entendemos a identidade como algo fluído, processo permeado por fronteiras menos definidas, que sofre mutações, sendo marcado pela diferença. Stuart Hall (2000), levanta questões sobre as posições que o sujeito assume ou é obrigado a assumir, por vezes de maneira inconsciente, por questões culturais, de representação social, questões institucionais ou ideológicas. O autor ressalta também a dialética entre identidade e diferença, afirmando que são inseparáveis. Neste aspecto, o Outro é o que eu não sou. Para o Eu existir tem que haver algo exterior, um Outro, portanto, a identidade é relacional. A identidade depende da diferença e a diferença depende da identidade, ambas são inseparáveis.

A identidade é construída em uma dimensão simbólica e social, e conforme Woodward (2000):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar- (WOODWARD, 2000, p.17).

A representação é fundamental na produção dos significados que perpassam as relações sociais e levam à identificação dos sujeitos com determinados grupos, com aquilo que é semelhante ou demarca como tal.

Em nossa pesquisa, observamos que os jovens rapazes e moças, se reconhecem enquanto quilombolas, assumiram essa identidade, porém, acreditam em uma identidade essencializada, fixa e imutável que defendem como sendo necessária sua manutenção.

Existe uma grande preocupação em manter e passar adiante, fazendo com que, desde criança, seja fomentada essa identificação. Em suas narrativas sempre está presente a questão do pertencimento e a preservação destes laços através da manutenção das tradições, principalmente em conhecer e respeitar o passado e os membros mais velhos

da comunidade, que são os que transmitem a história dos antepassados por meio de narrativas. Conforme aborda a Entrevistada 2,

[...] não se pode deixar perder essa identidade, e se eu não passar para os meus filhos, eles não vão passar para os filhos deles, e vai se perdendo com o tempo. Então essa raiz da firmeza da cultura afro, é de passar de geração em geração, então com certeza eu vou ensinar isso (Entrevistada 2, 22 anos, março de 2016).

Percebemos na narrativa da Entrevistada 2, o que Woodward (2006, p.11), aponta como “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”, ou seja, tentam reafirmar suas identidades apoiadas em características do passado, muitas vezes sem perceber que estão criando novas identidades.

É sabido que a comunidade já não é mais como antigamente, seus valores, suas práticas e seus processos de socialidades já não são os mesmos, porém é recorrente em suas narrativas a alusão aos tempos passados, mesmo pelos jovens que não viveram naquele tempo.

A construção da identidade neste local, tem uma característica político-social, pois a afirmação desta identidade tem causas e consequências materiais, principalmente voltadas para a aquisição de visibilidade diante do poder público, acesso a direitos e políticas públicas que beneficiariam toda a comunidade e principalmente o acesso ao direito territorial.

A identidade é utilizada como conceito cristalizado, que não sofreu alteração ao longo do tempo. Acredita-se que a identidade permaneceu inalterada ao longo dos anos e que todos partilham, ou pelo menos devem partilhar, sem focar na diferenças, sendo essa concepção e fortemente propagada pelas lideranças locais.

Na perspectiva de Silva (2000), a identidade e a diferença são reciprocamente determinadas e ambas são “o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva que envolve relações de poder”, e quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Segundo o autor:

A identidade tal, como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição, discursiva e linguística, está sujeita a valores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 81).

Desta maneira, a identidade pode aparecer como afirmação, mas também como imposição. No caso da afirmação da identidade negra e quilombola, tem sido assumidas como algo positivo e necessário após a visibilidade que a comunidade passou a ter após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, fazendo com que houvesse a necessidade de intensificação na transmissão dessa cultura e propondo aos mais jovens a assumir-se como tal.

Para Hall (2006), a identidade também é relativa, e pode ser ajustada se a situação relacional for modificada. Para este autor “a identidade é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes e conscientes, e não algo inato que já está presente nos indivíduos desde o momento de sua gênese.” (HALL, 2006, p. 10).

Sendo assim, percebemos a identidade quilombola como processo ainda em construção, os laços de parentesco, a violência real e simbólica do racismo, a complexa relação com a terra que ultrapassa a posse do espaço físico e traz para a discussão a transmissão de territorialidade como uma história da resistência étnico-cultural, são questões desses processo de construção de identidades que serão abordadas nos capítulos seguintes.



## **CAPÍTULO II**

### **SER JOVEM E SER QUILOMBOLA**

No capítulo introdutório apresentamos além da metodologia, o campo de pesquisa e a concepção de juventude da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, tema central da pesquisa. Destacando que a definição do que é ser jovem: rapazes e moças solteiros, com idade entre quatorze e vinte e poucos anos e sem filhos, foi estabelecida pela própria comunidade. Também enfatizamos as definições de quilombo e os dispositivos legais que embasam a luta pelos direitos destinados a esses povos. Com base nesses aspectos, propomos neste capítulo um olhar sobre os(as) jovens, buscando compreendê-los como sujeitos sociais que constroem seu modo de ser jovem, qual a influência da identidade quilombola, enquanto identidade étnica e política, e por que assumem essa identidade.

#### **2.1. Estado da Arte: Trabalhos relevantes sobre juventude quilombola.**

As questões quilombolas vem sendo debatidas ao longo dos últimos anos com muita intensidade, porém, é um debate permeado por diversos conflitos. A questão da luta, principalmente pelo direito ao território é um dos grandes causadores de debates.

Para tanto, pesquisamos em diversos bancos de teses e dissertações e encontramos vasto e rico material sobre o tema. Especificamente sobre a juventude quilombola encontramos pesquisas com diversas abordagens, a grande maioria voltada para a juventude rural quilombola. Quanto aos quilombos urbanos existem produções acadêmicas em proporção menor, o que mais localizamos foram documentários e artigos realizados a partir de projetos de pesquisa e extensão ligados à Universidades.

Dos trabalhos consultados, selecionamos alguns que podemos destacar por estarem diretamente ligados ao tema juventude e identidade, os quais nos apontaram diversos caminhos para a realização da pesquisa. Dentre eles, está a dissertação de mestrado de autoria de Maria Cristina Cupertino (2012), intitulada “Juventude Rural Quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas.”, pela Universidade Federal de Viçosa. Neste trabalho a autora faz uma análise de como os jovens de comunidades rurais quilombolas do município de Piranga, no Estado de Minas Gerais, se posicionam diante das exigências legais para a obtenção da titulação das terras habitadas,

discutindo o autorreconhecimento e a preservação da cultura de seus antepassados. Assim como em nossa pesquisa, os jovens são os sujeitos compreendidos como os responsáveis pela preservação da herança cultural e pela conquista e manutenção do território.

Também destacamos a dissertação de mestrado de Ricardo Augusto Gomes Pereira (2011), intitulada: “Juventude do Campo e Quilombola: Educação e identidade cultural na Comunidade Quilombola Itaboca – Inhangapi-Pará.”, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Neste trabalho o autor problematiza a educação no contexto de uma comunidade quilombola, buscando identificar como a educação interfere ou influencia na apropriação e manutenção da identidade cultural entre os jovens. Os resultados da pesquisa apontaram que a comunidade ainda está em processo de reconhecimento de seu território e que a educação é entendida como forma de dar continuidade na profissionalização e como meio de manter e fortalecer a identidade quilombola.

Outra produção muito relevante para a temática é o trabalho de conclusão de curso de graduação da pedagoga/pesquisadora negra em formação, como se auto define, Gilmara Silva Souza (2014), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “Juventude Quilombola de Santo Isidoro e os deslocamentos de uma pedagoga/pesquisadora negra em formação”. O objetivo desta pesquisa foi conhecer os/as jovens quilombolas da Comunidade Santo Isidoro, localizada no município de Berilo, Estado de Minas Gerais, e realizar questionamentos aos jovens sobre identidade quilombola, suas relações de trabalho e seus projetos de vida. A autora questiona o papel da escola e sua influência na construção da identidade quilombola e as relações criadas e reproduzidas nesse meio.

A leitura dos trabalhos citados nos possibilitou o entendimento de que, embora tratando-se de campos de pesquisa completamente distantes, apresentam características semelhantes com relação ao ser jovem em comunidades quilombolas, que há a necessidade de defesas e agrupamentos em torno de identidades, mas que essas também podem se tornar divisores, no sentido de definir e diferenciar o Eu do Outro.

## **2.2. Apontamentos sobre a Juventude.**

As investigações acerca da Juventude se configuram como rico campo de análise em diversas áreas do conhecimento, pois trata-se de uma categoria que tem sido alvo de políticas públicas e que tem ocasionado um movimento de transformação social e cultural,

o que a torna uma temática significativa e complexa. Para ampliarmos a compreensão sobre esse fenômeno utilizamos aporte teórico nas Ciências Sociais, embora haja muitos ângulos possíveis para esta análise.

Inicialmente, buscamos a compreensão do termo, pois Juventude é um conceito que se consolidou na modernidade e funda-se como categoria de análise para a Sociologia principalmente a partir das sociedades industriais modernas, especialmente as sociedades ocidentais, com maior expansão no século XX, e que resultam na concepção atual. Devemos considerar, no entanto, que essas percepções são social, cultural e historicamente condicionadas, o que não significa que em outros períodos históricos não houvesse jovens, entretanto, suas características, significados e papéis sociais eram diferentes da concepção atual.

Assim, convém lembrar que a modernidade consolida-se a partir da Revolução Industrial e da ascensão do capitalismo. Esse pensamento é entendido como nova visão de mundo, que rompe com o ideário do pensamento tradicional, com ênfase no novo e no presente. Conforme Peters (2000), são inauguradas novas formas de pensamento e consequentemente uma ruptura com as formas tradicionais de cultura e de arte, sendo estas precursoras ao questionar as certezas culturais, as noções do que é correto, esteticamente belo e as concepções sobre o eu.

Também destacam-se como características da modernidade, as rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas, principalmente, com o fortalecimento da classe burguesa; a intensificação do papel das instituições na vida cotidiana, como a família, a escola e o Estado e, consequentemente a progressiva racionalização, burocratização e secularização da vida.

Percebemos essas características e a relação com o surgimento da Juventude através da obra *História Social da Criança e da Família* de Philippe Ariès (1981), em que apresenta este movimento a partir de dois processos fundamentais, coexistentes e interrelacionados. O primeiro, refere-se às mudanças ocorridas nas formas de organização familiar que se transforma ao longo do tempo. Segundo Ariès (1981), na sociedade medieval não havia separação entre o mundo infantil e o mundo adulto. A criança era introduzida em meio aos adultos e partilhava de todos os momentos e situações. A partir do século XII, inicia-se um processo de diferenciação do que é público e do que é privado, principalmente depois que a burguesia assume o poder político.

Começa a processar-se intensa transformação na forma de organização do modelo familiar, assim “a família tornou-se um lugar de uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos, algo que não era antes.” (ARIÈS, 1981, p. 11). Foi neste processo que

a juventude assumiu um papel social diferenciado, já que os pais tornam-se responsáveis pela preparação dos filhos e por garantir condições para que possam ser capazes de sobreviver sozinhos futuramente.

Outro processo apontado por Ariès (1981), é o surgimento da juventude como fenômeno social moderno entre as classes burguesas e a aristocracia. Estas classes sociais eram as que tinham condições de enviar seus filhos às escolas e liceus para que pudessem receber o conhecimento necessário como forma de preparação para a fase adulta, mantendo-os longe da vida produtiva, mas preparando-os para o exercício de funções futuras.

Esta concepção corrobora com a análise apresentada por Erikson (1986), que aponta o significado social como uma moratória, compreendida como o adiamento dos deveres e direitos, uma espécie de preparação para o exercício futuro dessas dimensões da cidadania. Porém, devemos considerar que esse significado está ligado a experiência restrita das classes médias e altas e, somente para os jovens do sexo masculino, mais tarde e de maneira gradativa aplicado também às jovens moças.

Portanto, o fato de estender o período de estudos e suspender o ingresso no mundo produtivo, tornam-se elementos centrais para a condição juvenil<sup>11</sup>. Esta concepção da juventude como uma etapa preparatória para o ingresso das novas gerações no mundo do trabalho, participação no processo de socialização, desenvolvimento da cidadania, atuação política na sociedade, exercendo direitos, deveres e tomando decisões reguladas pela coletividade é o que torna visível a demarcação de cada uma das etapas, desde a infância até a fase adulta.

Grosso (2010), aponta que na Sociologia são apresentados dois principais modelos de análise da juventude e da rebeldia juvenil. O primeiro é funcionalista que tem por base o modelo da integração social e como categorias explicativas a função e disfunção social. A questão da rebeldia está associada a disfunção social que tem como característica a delinquência. A ideia de delinquência muitas vezes é utilizada focalizando uma rebeldia contra os pais, uma fase de crise, conflitos e problemas e através do ponto de vista estereotipado de que a adolescência é um período de tempestade e tensão. O segundo modelo de análise é a juventude como moratória social, partindo da concepção de transformação social, em que inclina-se a considerar a rebeldia como um fator

---

<sup>11</sup> Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a essa condição, sua representação, e à forma como a situação é vivida no conjunto de realidades na sociedade, a condição social (ABRAMO, 2005).

impulsionador à transformação. Segundo Groppo (2010), surgem dois movimentos nas Ciências Sociais que refletem sobre essa nova maneira de encarar a condição juvenil:

1. A tentativa de superação da ideia da juventude como socialização ou preparação para a vida adulta, substituída pela ideia de que a juventude se torna um estilo de vida em si mesmo.
2. A tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil — boêmia, delinquência e radicalismo —, que são reinterpretados como culturas ou subcultura juvenis (GROPPO, 2010, p. 14).

Quanto a ideia da rebeldia juvenil ser reinterpretada como culturas ou subculturas juvenis, está relacionada a um conjunto de características próprias dos grupos que representam a subdivisão da cultura dita dominante. Neste contexto, a aproximação dos membros pode estar ligada a diversos aspectos como, por exemplo, idade, identidade sexual, estética, etnia, comportamentos. Estabelece-se, dessa maneira, a criação de significados durante a interação social onde apresentam e constroem suas identidades, que são definidas através da coparticipação do outro

A partir dos anos 1970 surgem novas interpretações sócio históricas que contribuem com o debate trazendo novas formas de pensar a juventude, nas quais destaca-se a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais estilos de vida. A juventude passa a ser compreendida como um momento da vida humana que constitui uma identidade cultural própria e não somente uma fase passageira.

Observando que esta nova perspectiva considera a juventude de forma heterogênea, pois o universo juvenil é complexo e compreende diversas singularidades, é um segmento social que possui características distintas e variáveis, sendo portadores de direitos e atuantes no cenário nacional.

Pensar ou definir juventude não é fácil, pois o tema apresenta uma série de ambivalências: em alguns momentos é compreendida como potência, ou como promessa de mudança, como foi caracterizada nos anos 50 e 60, em outros como problema social, risco e vulnerabilidade, concepção anunciada recentemente, nos programas de políticas públicas para esse público.

Para Pais (1990, p. 51), no artigo “A Construção Sociológica da Juventude, alguns contributos”, a juventude ora é apresentada como um segmento homogêneo, ora como um segmento heterogêneo. Ou seja, ora é homogênea quando comparada a geração jovem com as gerações mais velhas, ora heterogênea, quando “a geração dos jovens é examinada como conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros”.

Segundo este autor, existem formas diferentes de olhar a juventude. Pelo aspecto cultural pode ser analisada através de duas principais correntes: classista e geracional, sendo que ambas associam o conceito de cultura juvenil ao de cultura dominante. Pela corrente classista “as culturas juvenis são uma forma de resistência à cultura da classe dominante, quando não mesmo, à sua linear expressão”. Já na corrente geracional, as culturas juvenis se definiriam como oposição à cultura dominante das gerações mais velhas. Desta maneira, em ambas, “as culturas aparecem subordinadas a uma rede de determinismos que estruturalmente, se veiculariam entre cultura dominante e subcultura.” (PAIS, 1990, p. 160).

Na corrente classista a juventude é apresentada como reprodução das classes sociais, onde são compreendidas como relações antagônicas de classe. Faz críticas à associação a uma fase da vida, e mesmo quando entendida como uma categoria, ainda será dominada pelas relações de classe.

Desta visão de relações antagônicas, resulta a ideia de juventude como culturas de resistência, porém essa visão é criticada pelo autor, pois salienta que essa visão é orientada para estudos de culturas juvenis masculinas, deixando de lado o universo feminino. Segundo Pais (1990), há a necessidade de analisar os jovens por outros aspectos sociais, considerando outros processos e outros fatores:

os processos que afetam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusivamente resultante de determinações sociais e posicionamentos de classe. Esses processos têm também de ser compreendidos, por exemplo, à luz das lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interação locais, através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajetórias sociais. (PAIS, 1990, p. 59).

Por outro lado, na corrente geracional, a juventude é interpretada como uma fase da vida apontando o caráter unitário desse segmento. No entanto, essa corrente, essencialmente, está relacionada à continuidade ou descontinuidade dos valores intergeracionais.

De acordo com os apontamentos nos clássicos de Karl Mannheim (1993), os conflitos, ou descontinuidades geracionais, são vistos pelas teorias funcionalistas como disfunções nos processos que dizem respeito à juventude, tomada como fase da vida. No entanto, para a teoria das gerações considera que se não houvesse descontinuidades, não existiria uma teoria das gerações, ou seja, as descontinuidades geracionais são a base da formulação da juventude como uma geração social.

O relacionamento entre os membros das diferentes gerações, para essa corrente, pode ser dividido em dois tipos: aproblemáticos e problemáticos. No primeiro, há a expressão de uma pauta juvenil, porém integrada e compartilhando da cultura adulta. No segundo caso, expressaria pautas incompatíveis ou divergentes, ocasionando assim na suspensão ou ruptura entre as diferentes gerações (PAIS, 1993, p.153).

Pais (1993), admite a existência de uma cultura juvenil, mas apoiando-se na socialização de normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas. No fragmento de entrevista, percebemos a tentativa de ruptura da geração de jovens de hoje com a geração mais velha entre os nossos sujeitos da pesquisa. Há a continuidade nos valores, os jovens estão integrados no tecido social compartilhado pela cultura adulta:

Lá na minha casa, e eu acho que em todas as famílias que são da comunidade, nós respeitamos muito as pessoas mais velhas. Nós não questionamos e sempre ouvimos seus conselhos, afinal de contas eles são pessoas sábias e que já passaram por muita coisa. As vezes a gente não concorda, por que os tempos de hoje são diferentes, mas é difícil falar pra eles e fazer diferente. Nossos pais também respeitam muito nossos avós, então esse é um exemplo que vai passando de geração em geração. Quando eu tiver meus filhos é uma coisa que eu quero manter, por que o respeito é uma coisa fundamental (Entrevistado 7, 19 anos, março de 2016).

A partir dessa narrativa, identificamos que embora haja a socialidade contínua, o compartilhamento de valores, há também a vontade da ruptura, ou momentos de crise e conflitos geracionais.

Pais (1993) em seu texto, faz crítica a teoria das gerações e propõe que estudemos a juventude de forma a observar a partir de seus contextos vivenciais cotidianos, propondo uma forma de compreensão vertical, em relação as gerações mais velhas e de forma horizontal, quando observada a relação com os demais segmentos juvenis. Dessa maneira, a entrada de uma geração na vida adulta estaria associada aos processos de socialização, influenciada e orientada para a integração de sistemas e valores sociais, e também criando e recebendo influências dos comportamentos e atitudes dos demais grupos juvenis.

Outra forma de compreensão da juventude enquanto pluralidade, surgiu a partir de Pierre Bourdieu (1983), com seu posicionamento crítico acerca das visões homogêneas de juventude, frequentemente associadas a parâmetros etários. Em seus trabalhos de campo, o autor percebeu a multiplicidade de grupos e situações sociais experimentadas pelos jovens. A homogeneidade não era condizente com a realidade de suas pesquisas, iniciando assim um movimento de sentido de conceber juventudes. Segundo Bourdieu (1983, p. 112), "As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por

classe...) acabam sempre impondo limites e produzindo uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”.

Neste sentido, ressaltamos a necessidade de compreender a multiplicidade em relação à juventude, considerando mais que seu aspecto biológico, que torna uma marca do conceito de adolescência, ou do aspecto de geração, moratória social ou rebeldia. Torna-se imprescindível conhecer as juventudes a partir das diversidades sociais, como uma produção de acordo com o contexto de desenvolvimento de cada grupo. Essas diferenciações e diversidades são percebidas através das diferenças de ordem social, regional, étnica, de gênero, etc.

A partir disso, direcionamos a pesquisa, buscando a compreensão das representações e aspirações dos jovens, compreendê-los como um fenômeno, embora ainda existam outras visões muito presentes no seio da comunidade.

### **2.3. Ser jovem na comunidade**

Ao analisarmos o campo de pesquisa, constatamos que a ideia de juventude como um momento de preparação para a vida adulta é muito presente. Durante o período de coleta de dados, inserção na comunidade e observação da dinâmica do local, questionamos alguns membros mais velhos a respeito de quem eram os jovens que viviam naquele espaço e o que entendiam por ser jovem ou juventude. Em suas narrativas, indicavam que este grupo era composto por jovens solteiros, com idade entre quatorze e vinte e poucos anos, sem filhos<sup>12</sup>, evidenciando o pensamento de que o/a jovem ainda não está preparado para assumir funções de responsabilidades na sociedade, como por exemplo gerar e sustentar filhos. Aqueles que estão situados nessa faixa etária, mas que são casados ou já tem filhos são considerados como adultos.

Destacamos que esta também é a percepção dos próprios jovens, pois quando questionados sobre aqueles que estavam na mesma faixa etária dos/das entrevistados/as respondiam que também eram jovens por causa da idade, mas que os que tinham filhos ou eram casados era diferente, citando sempre a responsabilidade do compromisso de cuidar de outros.

Com relação ao fato do jovem já estar inserido no mundo do trabalho não foi considerado fator relevante, de forma que alterasse a condição juvenil. De acordo com os

---

<sup>12</sup> Conceito de juventude construído pela própria comunidade, conforme exposto no capítulo I.



relatos, tal característica é motivo de orgulho, pois indica que o jovem começa a ter responsabilidades.

A partir da realização das entrevistas tivemos a oportunidade de ficar próximos de todos, o que proporcionou integração com os sujeitos, momentos nos quais ficaram mais à vontade para expor suas ideias e suas percepções sobre a comunidade e sobre o processo de construção de identidades.

Ao questionamos os sujeitos da pesquisa, sobre o que era ser jovem para eles e como se definiam, nos deparamos com um contexto que não imaginávamos o quão amplo e complexo é tentar definir: o que é ser!? De acordo com os/as entrevistados/as, ser jovem pode ser ou também é:

Eu acho que ser jovem é estar nesse processo de transição. A gente passa por várias mudanças em todos os setores da nossa vida: no corpo, no pensamento... As coisas que eu acreditava já não acredito mais. Acho que é um momento em que a gente começa a fazer nossas próprias escolhas, ser gente, sabe? Já não sou mais um pedaço dos meus pais. Eu acho que é mais ou menos isso. É assim que eu me sinto, não sei explicar bem. Mas ao mesmo tempo que me torno independente eu começo a ter responsabilidades, agora eu tenho que arcar com as consequências dos meus atos, isso é um pouco assustador, mas também é bom (Entrevistada 1, 16 anos, estudante).

Na fala da entrevistada 1, podemos perceber que há a consciência de que existe um processo de transformação e considera-se passando por esse processo, percebe a mudança como algo importante e que conduzirá a um crescimento enquanto pessoa, porém ainda é algo obscuro e, a incerteza, perturbadora. Já para o Entrevistado 6, ser jovem é,

ser meio inexperiente ainda, sabe? A gente vai ficando mais velho e vai ficando mais experiente, sabendo mais das coisas da vida. De tudo. Eu acho que jovem é aquela pessoa que ainda está numa fase de mudanças, aprendendo a ser adulto. Acho que é mais ou menos isso. Agora a gente tem apoio de adultos, da família e de amigos. Quando a gente fica adulto tem que se virar sozinho (Entrevistado 6, 14 anos, estudante).

Para este jovem o conceito de juventude está relacionado a fase de aprendizado para a vida, evidenciando a concepção de moratória social apresentada por Erikson (2010), a juventude como um vir a ser. É um momento de aprendizagem, de formação para a vida adulta, e neste processo sempre terá o apoio ou orientação de um adulto de como fazer.

No momento das entrevistas, houve uma narrativa que nos chamou atenção. Quando questionamos sobre o que é ser um/uma jovem veio à tona os impasses que enfrentam por assumir a identidade quilombola:

Eu acho que ser jovem é igual para todo mundo. A gente gosta das mesmas coisas, todo mundo quer a mesma coisa, todo mundo quer sair da casa dos pais, ter vida própria. Eu não sinto nenhuma diferença nisso em relação aos outros jovens que eu conheço, que são meus amigos e que eu convivo. O que eu percebo diferença é o fato de eu ser quilombola e conviver com gente da minha idade que não é. Às vezes me perguntam ou falam coisas por causa desse negócio das terras. É bem difícil explicar e tentar convencer os outros que isso é um direito, que está na lei. Uma vez eu até falei pra um amigo meu: vamos mudar de assunto. Se continuasse a gente ia brigar. As pessoas falam que a gente é igual os sem-terra, que vão pegar as casas das pessoas que moram lá e depois vender a preço de banana. Na verdade não sabem nem o que falam sobre os sem-terra também (Entrevistado 8, 23 anos, trabalhador).

A partir da fala do entrevistado 8, fica evidente que não há muita diferença no comportamento ou como os/as jovens se sentem em relação aos demais jovens, pois essa condição permanece independente das identidades assumidas. Com relação a afirmação da identidade e do convencimento utilizando os dispositivos legais no debate, os jovens demonstram que estão aptos para construir pautas coletivas e que a questão da identidade, neste caso específico, está relacionada a luta pelo território. Se deparam com frequência e precisam enfrentar o preconceito e o desconhecimento de outros sujeitos sobre as questões quilombola.

Continuando, para a entrevistada 4, ser jovem é,

O momento que a gente tem para se divertir e aproveitar a vida. Por que sabe, depois que a gente fica adulto tem que ter responsabilidades, trabalhar, cuidar da casa, da família para aqueles que querem se casar. Eu não tenho muito essa vontade, quero estudar, arrumar um emprego e ser alguém na vida, não quero ficar dependendo de ninguém, principalmente de homem. Não quero ter a vida que muitas mulheres aqui tem, cuidar de filho, de casa e as vezes até apanhar do marido. Deus me livre! (Entrevistada 4, 17 anos, estudante).

Na narrativa desta jovem, também percebemos a questão do vir a ser, da necessidade de aproveitar o tempo que tem hoje para fazer as coisas que gosta, pois quando for adulta sua realidade também será outra, uma vida de responsabilidades na qual irá realmente participar da sociedade como sujeito produtivo. Também destaca a ideia de submissão ao homem pelo fato de ser mulher e a ideia de que a mulher é responsável por cuidar da família e dos afazeres domésticos. Há outro fragmento de entrevista, desta

mesma jovem, nos fez pensar na questão dos/as jovens por uma perspectiva de gênero, algo que não é nosso foco, mas que em outro momento poderíamos dedicar uma pesquisa especificamente para as questões de gênero na juventude quilombola e ao preconceito sofrido pela identidade de gênero. Quando questionada sobre o que era ser jovem e como era ser uma jovem quilombola, a entrevistada nos responde:

Ser jovem, ah, é normal! Agora, ser quilombola e morar no Rocio, é meio difícil as vezes... É difícil por que as vezes a gente se interessa por algum menino que não é daqui. Dependendo de onde ele é já tem um preconceito e não “rola”. Eu já vi uns caras falando das meninas do Rocio, que são... fáceis, entende? umas neguinhas sujas, ladronas, que não dá pra dar emprego que sempre roubam.... Ah, falam muita coisa. É meio bizarro! Apesar de quê, os meninos falam de todas as meninas, mas nunca vi ninguém falar dessa forma das meninas dos outros lugares, como pode dizer o que alguém é, só olhando onde mora? (Entrevistada 4, 17 anos, estudante).

Neste momento percebemos o quanto uma identidade pode sujeitar a julgamentos pelo poder da representação e dos significados que envolvem as relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído e quem é excluído. Conforme argumenta Woodward (2000), “a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”, nos tornando constrangidos pelas representações simbólicas e pelas relações sociais.

Nesta narrativa há muitas questões envolvidas, evidenciando a criação e manutenção no imaginário da sociedade a inferioridade da pessoa negra e economicamente desfavorecida.

Observamos em outras narrativas o preconceito sofrido por jovens da comunidade pela cor da pele ou pela identidade quilombola. Nossa entrevistada 1, relata situações em que sentiu o constrangimento:

Eu já sofri preconceito por ser negra em vários lugares, principalmente em lojas e mercados. No mercado parece que sempre tem alguém cuidando se a gente vai pegar alguma coisa, é horrível. E mesmo com amigos (faz sinal de aspas), quando se discute a questão dos espaços ocupados por indígenas e quilombolas. Eu sou a única quilombola na minha sala, mas também tenho um amigo negro, só que não é quilombola, sempre olham pra gente de forma diferente, principalmente quando se discute as questões de cotas. As pessoas acham que isso é errado, que estamos sendo beneficiados e eles não. Ou seja, nós não somos tratados de forma igual, então por que eles querem ter o mesmo tratamento que a gente? Por que as cotas, estão aí para cumprir um dívida histórica e social com os negros, essa coisa horrível que foi a escravidão, e eles não entendem, acham que é injusto e que as cotas

estão lá pra tirar as vagas deles nas universidades. Isso fere, querendo ou não (Entrevistada 1, 17 anos, estudante).

Compreendemos a narrativa da jovem entrevistada 1, a partir dos escritos de Barros (2014) em “A Construção Social da Cor”, em que destaca que a percepção da cor da pele é sobretudo uma percepção socialmente construída. A desigualdade, fruto da escravidão, tem sequência e transforma-se em diferença entre negros e brancos, que segundo o autor, “continuou, contudo, a fazer parte das percepções sociais mais significativas”, e segue,

A cor na realidade brasileira pós-colonial, passou a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção deste tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural (embora a cor, ou pigmentação da pele, constitua um aspecto natural no sentido biológico). A ‘construção social da cor’ deu-se e dá-se de modo tão particularmente intenso no mundo moderno que todos – ‘negros’ e ‘brancos’, ou outras cores que se queira acrescentar – aprendem de um modo ou de outro a enxergar o mundo a partir desta e de outras diferenciações, as quais acabam se tornando por isto mesmo socialmente significativas em detrimento de diferenças que só aparecem como relevantes no âmbito individual: cor dos olhos, altura, desenho do rosto, espessura do corpo (BARROS, 2014, p. 51-52).

Na narrativa da entrevistada 1, aliada a característica cor da pele, existe ainda o debate quanto a dimensão da identidade política quilombola, como fator que a faz sofrer discriminação. Ao assumir esta identidade a entrevistada passa a sentir na pele a força do preconceito mas incumbe-se a luta pela causa negra e quilombola, questionando a forma de tratamento dado a si e ao seu grupo étnico.

No quadro a seguir, organizamos alguns fragmentos das entrevistas, onde os/as entrevistados/as nos respondem o que é ser quilombola para cada um deles. O que nos surpreendeu o fato de que praticamente todos tem uma resposta com muita subjetividade e se incluem como membros da comunidade e assumem essa identidade.

#### Quadro 4: Ser remanescente quilombola.

| Entrevistado(a) | Idade | Sexo | Fragmentos de entrevista                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------|-------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1               | 16    | F    | “Acho que é ter o sangue negro nas veias. Ser descendente daqueles que habitaram os quilombos, que sofreram com a escravidão. É dar continuidade na luta dos nossos antepassados”                                                                                          |
| 2               | 22    | F    | “Ser quilombola é assumir a causa de um povo que lutou pra que a gente fosse livre hoje.”                                                                                                                                                                                  |
| 3               | 15    | F    | “Antigamente eram os escravos fugidos das fazendas, hoje é ser descendente dessas pessoas e manter a cultura negra e passar adiante. Como a maneira de viver em comunidade, se ajudar, manter as tradições.”                                                               |
| 4               | 17    | F    | “Pra mim, ser quilombola é uma coisa boa, por que aqui a gente vive muito bem. Com dificuldades, mas bem. No sentido de que a gente sabe que pode contar com os outros. Quando tem um problema ou falta alguma coisa, todo mundo se ajuda, dá até o que não tem sobrando.” |
| 5               | 20    | M    | “Ser quilombola é estar ligado a um lugar onde viviam os escravos, nos quilombos”.                                                                                                                                                                                         |
| 6               | 14    | M    | “Acho que é ser descendente de negros que viveram em quilombos”.                                                                                                                                                                                                           |
| 7               | 19    | M    | “Pra mim, ser quilombola é viver como a gente vive aqui. Em lugar que começou com escravos e que foram formando família e agora quem mora são parentes daquelas pessoas.”                                                                                                  |
| 8               | 23    | M    | “Acho que é me sentir acolhido num lugar, fazer parte, no caso da nossa comunidade”.                                                                                                                                                                                       |

Elaborado por Indiamara Pickler, 2017.

Após perguntarmos o que era para eles/elas ser quilombola, perguntamos como se sentiam fazendo parte de uma comunidade quilombola e que explicassem o porquê da resposta. Dos oito entrevistados todos responderam praticamente a mesma coisa: todos gostam de fazer parte daquele grupo e todos afirmam que são quilombolas, mesmo os que não residem na comunidade:

**Eu sou quilombola** mas não moro na comunidade, mas mesmo assim eu adoro conviver com todos lá. Somos uma grande família, nossa relação é um convívio muito bom, por que a gente se respeita, e é aquela coisa assim, é uma alegria, eu me sinto bem estando lá, é uma coisa muito boa. Me sinto muito feliz por ser quilombola. As vezes a gente escuta essas coisas<sup>13</sup>, mas são coisas desnecessárias, que não fazem sentido nenhum. Que na verdade nos torna mais fortes, a gente vai lutar pelos nossos direitos, a gente aprende na comunidade que a gente tem que lutar pelos nossos direitos, e é isso que a gente faz no nosso dia a dia (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, março de 2016).

Minha família toda, do lado da minha mãe é quilombola, **então eu também sou**. Eu não moro dentro da comunidade, mas pelo que eu vejo as pessoas são muito bem acolhidas lá, gostam de estar lá, gostam de morar lá, por que elas se sentem com algo especial né, que muitas vezes a gente não percebe em outro lugar, e lá dentro da comunidade você já

<sup>13</sup> Referência à narrativa anterior sobre o preconceito sofrido pelo fato de ser quilombola.

é reconhecido como um quilombola e tem um tratamento diferenciado, você se sente mais à vontade, mais valorizado e mais acolhido lá (Entrevistada 2, 22 anos, trabalhadora e estudante, março de 2016).

Nos fragmentos das entrevistadas 1 e 2, observamos a alusão a comunidade como uma grande família. As jovens sentem-se acolhidas e pertencentes ao grupo, identificam-se com aqueles sujeitos.

**Eu sou quilombola** por que a minha mãe é quilombola. Eu nasci na comunidade e nós sempre moramos aqui, eu moro aqui desde que nasci. Eu acho que aqui as pessoas são mais amigas, se respeitam... e uma coisa que gosto muito e dessa relação de respeito que a gente tem com os mais velhos, de pedir benção, de respeito mesmo (Entrevistada 3, 15 anos, estudante, março de 2016).

Ah! Eu me sinto bem né! Aqui a gente conhece todo mundo, todo mundo se ajuda, sabe da vida de todo mundo (essa parte não é muito boa né!?) mas o importante é que aqui somos todos muito próximos, acho que todo mundo aqui é parente...(risos) (Entrevistada 4, 17 anos, estudante, março de 2016).

Gosto de ser quilombola e gosto de morar aqui. Mas não sei explicar por que, tem essa coisa da **nossa tradição, da nossa história**. Eu acho que é legal (Entrevistado 6, 14 anos, estudante, março de 2016).

Podemos observar em suas narrativas que todos os entrevistados assumem a identidade quilombola, a qual está representada através dos vínculos com o lugar, com suas histórias particulares e com o simbolismo, o significado da ancestralidade. De acordo com Hall (2006):

Na linguagem do senso comum, a identidade é construída a partir do conhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (HALL, 2006, p. 106).

Elemento que nos chama atenção são as narrativas que evidenciam a negação do ser negro ou pertencente ao grupo que era identificado como uma comunidade de negros, não ainda quilombolas. Na fala do entrevistado 5, relata o preconceito sofrido na escola não quilombola em que estudava quando criança, na qual sentia-se excluído e triste por não pertencer aquele grupo escolar.

Olha, eu quando era criança não gostava muito, viu!? Por que o bairro aqui é muito pobre, tem muito problema com droga, então algumas pessoas falavam mal, chamavam de neguinho do Rocio na escola, **era meio excluído**, eu ficava chateado. Mas hoje eu vejo que aqui é um bom lugar pra se viver, apesar de todas as dificuldades. Aqui a gente tem uma coisa que não tem em outros lugares, as pessoas aqui são amigas, se respeitam, acolhem todo mundo. Depois que a gente **descobriu** que é quilombola melhorou, parece que as pessoas estão se aceitando mais e tendo orgulho disso. Acho bem legal (Entrevistado 5, 20 anos, trabalhador, março de 2016).

Quando o jovem entrevistado 5 fala sobre o fato de descobrir ser quilombola, refere-se ao processo de pesquisa realizada pelo GT Clóvis Moura, iniciado com o intuito de identificação até a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares. E continuam as afirmações nas narrativas dos demais entrevistados:

Acho que nós somos muito felizes aqui, mesmo com toda dificuldade. Tem muitos problemas no bairro, você pode ver quando entra aqui, as ruas cheias de buracos, as casas humildes, tem bastante problema com droga, violência. Mas o povo que é quilombola é mais tranquilo, todo mundo se conhece, se respeita, ajuda os que são e os que não são quilombolas. Hoje posso te dizer que não pretendo sair daqui (Entrevistado 7, 19 anos, trabalhador e estudante, março de 2016).

Hoje eu moro em outro bairro, **mas continuo sendo quilombola** e sempre estou na comunidade e tenho muitos parentes lá. Não tem como definir assim de cara. Eu me sinto bem naquele lugar, acho que as pessoas convivem de forma diferente, todos se conhecem, tem essa coisa do respeito com os mais velhos, principalmente com a Dona Arlete né. **Ela é a figura que representa o povo quilombola**. Em outros lugares a gente não vê muito disso não, lá se alguém responder um mais velho sem chamar de senhor ou senhora já leva uns tapas, na minha família é assim pelo menos. Ai de mim de faltasse com respeito (Entrevistado 8, 23 anos, estudante, março de 2016).

Podemos compreender que as identidades são também construídas a partir de um discurso e são produzidas por estratégias e iniciativas específicas. Observamos na narrativa do entrevistado 5, quando diz: “*Depois que a gente **descobriu** que é quilombola*”, a construção da identidade dentro de um discurso específico. Há a produção, através de novos recursos postos pelo reconhecimento da identidade por parte do Estado, de uma nova visão, não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

Nos resultados obtidos durante as observações e em conversa com pessoas mais velhas da comunidade, a questão da identidade nomeada como quilombola<sup>14</sup> é recente. Em suas narrativas evidenciam que sempre souberam que descendiam de negros escravizados, porém, lhes faltava a palavra. Como poderemos perceber na fala de Dona Maria Arlete:

A gente sempre soube que era quilombola. Não falava quilombola por que não conhecia nossos direitos ainda, mas a gente sabia que nossos ancestrais eram negros e foram escravizados nesses campos aqui de Palmas (Entrevista com Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, realizada em maio de 2015).

Percebemos que as pessoas envolvidas no processo de apropriação da identidade conhecem suas raízes, porém a identidade quilombola é legitimada, de fato, a partir do processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, podendo ser observada no fragmento de entrevista à rádio local:

A coordenadora do Programa Brasil Quilombola, Clemilda Santiago Neto explicou que a certificação pode ser comparada a **certidão de nascimento de uma comunidade quilombola**, que passa a ser considerada como tal pelos órgãos do governo no direcionamento das políticas públicas específicas para essas populações. “Para todas as políticas públicas o primeiro documento que se solicita é o certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares”, explicou. (Reportagem Portal RBJ)<sup>15</sup>

Conforme observamos na fala de Clemilda, durante entrevista ao veículo de comunicação local, a certificação é o que efetiva a existência da comunidade frente ao poder público e faz com que os moradores passem a assumir essa nova identidade e afirmar-se enquanto tal.

Para os entrevistados, a apropriação da identidade é sinônimo de respeito de algo a que se orgulhar. O que é considerado como negativo, provém do exterior, de um Outro, aquele que discrimina. O que é possível notar na narrativa do entrevistado 5, em que diz: “...chamavam de neguinho do Rocio na escola, **era meio excluído**, eu ficava chateado.”

A partir dessa fala identificamos algumas das questões estabelecidas por Woodward (2006) sobre o conceito de oposição binária em se tratando de identidade e diferença. A autora apresenta alguns conceitos e divide-os em diferentes dimensões: a) A

---

<sup>14</sup> Segundo as narrativas, sempre souberam que descendiam de negros escravizados, porém, não sabiam o que significava o termo quilombola

<sup>15</sup> Fonte: Reportagem RBJ <http://www.rbj.com.br/cultura/fundacao-palmares-reconhece-comunidades-quilombolas-de-palmas-288-0004.html> - Acesso em 05/06/2015.



identidade envolve reivindicações essencialistas, conforme evidenciamos acima, e que muitas vezes estão baseadas na identidade étnica, na “raça” ou relações de parentesco e frequentemente nas versões construídas ou representadas da história e do passado. b) a identidade é relacional e a diferença é estabelecida por uma demarcação simbólica. c) a relação da identidade com as condições sociais e materiais, onde um grupo é simbolicamente marcado como inimigo, em que o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. d) o social e o simbólico, os quais se referem a processos diferentes, mas ambos presentes na construção e manutenção das identidades. Por exemplo: a marcação simbólica através das práticas e relações sociais definem quem é incluído e quem é excluído e é por meio dessas classificações que as diferenças são vividas nas relações sociais. e) a compreensão da identidade dentro de sistemas classificatórios e suas divisões em pelo menos dois grupos: “nós e eles”, neste caso, quilombolas e não quilombolas. Essas questões fornecem elementos para compreender como as identidades são formadas e mantidas.

Ao examinarmos os conceitos, compreendemos os significados envolvidos no estabelecimento de fronteiras que definem quem é quilombola e o que é ser quilombola. Ser quilombola, para este grupo, está relacionado com afirmação de sua ancestralidade negra e com a opressão histórica sofrida, e para os mais jovens esse elemento se torna cada vez mais claro e mais presente em seus discursos, quando afirmam que lutam por seus direitos. Do grupo de entrevistados, todos conhecem, mesmo que superficialmente a legislação que assegura os direitos aos remanescentes quilombolas à preservação da cultura, da identidade e o direito à titulação das terras ocupadas, tornando-se este, um princípio onde os jovens forjam o conceito de identidade quilombola.

Um aspecto que é considerado como fundamental no processo de construção e da identidade negra e quilombola são as narrativas. As histórias contadas pelos mais velhos sobre como era no passado, as histórias que ouviam dos pais e avós e que hoje são transmitidas aos mais jovens. De acordo com o grupo entrevistado, o presente e o passado estão ligados através das histórias contadas:

Através das histórias que a minha vó sempre conta. Quando a gente era menor, nos dias de frio, ficava todo mundo em volta do fogão a lenha e ela contava como era quando ela era jovem. Elas lavavam a roupa no rio, socavam no pilão, as casas eram de chão de terra. Ela contava que tinha uma escrava numa fazenda que tinha que ir buscar brasa na mão pro patrão acender o cigarro e ficar segurando até ele tragar e pegar o fogo, ela tinha a mão toda queimada, uma coisa horrível (Entrevistada 3, 15 anos, estudante, março de 2016).

Pra mim, a melhor forma de ensinar as crianças e os jovens a manter a cultura e a nossa tradição é conhecendo nosso passado né!? Na minha casa a gente sempre escuta as histórias de como era, como os negros escravos eram maltratados e isso faz com que a gente queira lutar e não esqueça de onde veio, quem são os nossos ancestrais, nós temos que lutar pela memória deles. Lá na minha casa é assim, a minha vó sempre contava, histórias boas, histórias ruins e também umas histórias de coisas estranhas que acontecia, tipo coisa de fantasmas. Tinha uma história que a Dona Cida até conta, de uma mulher de branco que aparecia perto de uma nascente eu acho, ou um riacho, não lembro bem. Mas eu morria de medo, esse lugar é ali pra baixo (Entrevistado 7, 19 anos, estudante/trabalhador, março de 2016).

A preservação da memória ou transmissão da memória é um dos principais elementos abordados durante as narrativas dos/das jovens participantes da pesquisa. A comunidade, após a intervenção do GT Clóvis Moura, começou uma busca por memórias ao passo que necessitava comprovar suas características e relação com ancestrais quilombolas, necessárias para reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares.

Esta rememoração, não são lembranças individuais. Inicialmente, ao pensarmos sobre a memória, parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Entretanto, como aponta Halbwachs (1990), a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como construída coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Podemos confirmar este elemento através das lembranças acerca da figura da matriarca e fundadora da comunidade, Adelaide Maria Trindade Batista. Todos falam a respeito dela e a reconhecem como se tivessem vivido naquela época e convivido com Adelaide, isso é o que Pollak (1992), chama de viver um acontecimento por tabela:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.2).

Portanto, ao constituir memórias através de acontecimentos realmente vividos ou vividos por tabela, o sujeito além de transmitir estas memórias também transmite elementos identitários, com os quais o grupo se identifica e dá continuidade. Neste sentido, observamos a responsabilidade depositada nos mais jovens, considerados os sujeitos que darão continuidade ao processo de transformação social. A conquista de direitos previstos em lei e as ações e políticas públicas voltadas para as questões quilombolas (coliga identidade étnica e garantia de direitos territoriais) constituem projeto social que o grupo espera que seja assumido pelos jovens.

Quando questionamos Dona Arlete, uma das lideranças da comunidade, sobre o que espera dos jovens de hoje, nos responde:

Eu acho que o jovem tem um papel fundamental na continuidade da nossa comunidade, da nossa história e da nossa luta. São eles vão passar a diante tudo o que nós aprendemos com os nossos pais, o que nós ensinamos para os nossos filhos e assim por diante. Eu tenho netos que já são adultos, como a Maria Isabel, que é pedagoga na escola, o Beto que você também conhece. A Isabel lá na escola, faz um trabalho de preservação da nossa identidade e da nossa cultura, da cultura negra, mesmo que muitos que frequentam a escola não são quilombolas e nem são negros. Eu acho que é importante que todos conheçam e respeitem a nossa história. Os meus bisnetos também, que já são adolescentes, todos eles sabem o que é ser quilombola e que nós temos muito ainda pela frente. Eu não sei se vou chegar a ver a titulação das nossas terras aqui, mas eu sei que meus netos vão ver, e cabe a eles continuar o que nós conquistamos até aqui (Maria Arlete, 74 anos, entrevista realizada em maio de 2015).

Nesta fala de Dona Arlete, podemos identificar a concepção de juventude como uma outra geração também a questão da moratória social, do papel do jovem como um vir a ser. Ao passo que devem dar continuidade ao trabalho realizado pela geração anterior, ainda não se envolvem nas questões políticas da comunidade, como no processo de titulação das terras. O envolvimento nestas questões se dará quando forem adultos e quando as lideranças não estiverem mais presentes ou em condições de pleitear esses direitos.

Embora os/as jovens não tenham participação ativa nas questões políticas da comunidade, alguns demonstram interesse e gostariam de participar de forma efetiva no espaço de decisões. Quando questionados a respeito da forma como as lideranças conduzem a associação e a comunidade, percebemos que há divergências. Há os jovens e as jovens que concordam com a maneira como ocorre os processos de decisão política e organização da comunidade. Esta é a postura assumida pela maioria dos(as) jovens entrevistados, principalmente os que tem algum laço de parentesco com a família da líder

Dona Arlete. Por outro lado, existe questionamentos por parte de três jovens, os quais discordam da forma como ocorre o processo de escolha para a presidência da Associação Quilombola, ficando evidente quando questionamos se consideram importante algum tipo de mudança na organização da comunidade:

Sim. Considero que seja importante mudar algumas coisas. Por que talvez por ser um núcleo familiar, querendo ou não, a cultura dos quilombolas tem uma relação muito familiar, a gente é meio parente um do outro. Mas acho que não pode é deixar só em uma família. Eu acho que devia ter um momento de cada família. As vezes por que também, estraga o convívio entre as famílias, por que tem aquela disputa pelo poder, e isso é ruim (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, março de 2016).

Eu acho que seria bom mudar a presidência da associação. Dar oportunidade para outras pessoas também. Desde que começou a associação o presidente é a mesma pessoa. Quanto a liderança ser a Dona Arlete eu não vejo problemas, acho que ela é a pessoa que melhor representa a comunidade, a Dona Cida também, as duas são as mais velhas aqui. Mas na associação eu acho que poderia ter novas pessoas. Mas a impressão que dá é que as pessoas tem medo de brigar ou se candidatar e perder. Não queria que fosse sempre o mesmo, acho que novas ideias fariam bem para a comunidade (Entrevistado 8, 23 anos, estudante, março de 2016).

Eu acho que tinha que mudar, claro. O presidente da associação é sempre o mesmo. Tá igual os candidatos a presidente no Brasil. Não sei se tem algum benefício ser presidente da comunidade, mas eu acho que tinha que dar espaço pra outras pessoas. É sempre as mesmas ideias, um só que manda, isso não vai pra frente. Acho que tinha que ouvir os mais novos também, não tem ninguém jovem que é da diretoria (Entrevistada 4, 17 anos, estudante, março de 2016).

A partir das falas dos três entrevistados/as, entendemos que a questão da liderança assumida e reproduzida por uma única família gera desconfortos e tensionamentos entre os quilombolas, porém a crítica não é feita na forma de enfrentamento, tudo ocorre de forma muito sutil e velada.

Percebemos que a figura de Dona Arlete e o que ela representa para a comunidade é o que mantém o equilíbrio e as posições de aceitação, o que no futuro poderá gerar conflitos mais intensos.

## **2.4. A comunidade vista pelo quilombola que está fora**

Durante o processo de busca pelos depoentes, nos deparamos com um rapaz/adulto de 34 anos, quilombola, porém, residente fora da comunidade, e que foi indicado como jovem por algumas pessoas. Julgamos interessante, pois o jovem/adulto em questão é filho de pai quilombola e estava em visita aos familiares, o qual concordou em nos conceder entrevista e que foi de extrema riqueza, pois nos possibilitou ter a percepção da visão de uma pessoa que vê a comunidade enquanto membro mas com olhar de quem está de fora, podendo apontar suas qualidades e fragilidades sem o olhar romantizado, muitas vezes expressos por quem convive todos os dias, desde sempre, naquele meio e que hoje sente a necessidade de afirmação dessa identidade no pleitear direitos.

Também devemos considerar que, embora o depoente já tenha passado da idade definida pela própria comunidade como pertencente ao grupo “jovem”, ele foi indicado como uma exceção, pois é solteiro, não tem filhos e participa, mesmo que esporadicamente, das atividades da juventude, especialmente no grupo de Capoeira.

Quando fizemos o convite ao depoente, que chamaremos de Entrevistado X, para participar da pesquisa e nos conceder a entrevista a primeira pergunta que fez, foi: “mas eu sou jovem? E eu não moro mais aqui, eu estou fora”, neste instante as pessoas que estavam próximas nos responderam: “claro! Você tem 34 anos mas você é jovem, você solteiro, você não tem filhos e você não é de fora, você nasceu aqui”. Neste pequeno diálogo se comprovou como uma exceção para a comunidade.

Da mesma maneira que os demais jovens, o Entrevistado X, também nos autorizou, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a usar a entrevista concedida, para a pesquisa. X, vive hoje em Lisboa, Portugal, é neto de Dona Arlete e estava visitando-a quando o conhecemos. Nasceu e cresceu na comunidade, e parte de sua infância e adolescência viveu também no município de Pato Branco, Paraná, mas ressalta que sempre esteve presente na comunidade pelo vínculo com seus familiares quilombolas, residentes no Rocio. Estudou gastronomia em Balneário Camboriú, Santa Catarina, e depois começou a trabalhar como cozinheiro em restaurantes no Estado de São Paulo, posteriormente decidiu buscar novas oportunidades no exterior, onde fixou residência. No entanto, sempre retorna ao Brasil para passar as férias com a família.

No período em que está na comunidade, X faz questão de participar das atividades coletivas, seja na igreja, nas festas ou momentos de lazer. Por ser capoeirista, sempre que pode desenvolve atividades com as crianças e jovens da comunidade.

**Foto: 5 – Atividades de Capoeira com crianças e jovens do Colégio Estadual Quilombola**



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira.

Na fotografia 5, podemos observar atividades de capoeira desenvolvida pelo nosso depoente com as crianças e jovens do Colégio Estadual Quilombola. Segundo X, esta

é a forma que encontra de contribuir com o resgate da cultura e identidade negra da comunidade, pois foi através da capoeira que passou a se reconhecer enquanto negro. Destaca como algo importante a ser feito com as crianças e jovens, pois o bairro é um lugar pobre e não fornece condições e perspectivas de um futuro bom. Acredita que a comunidade não pode deixá-los se perder, toda forma de cuidado e atenção são válidos para tentar manter os jovens ligados a comunidade e a tradição (Diário de Campo, Março de 2016).

Na conversa que tivemos com o depoente X, observamos que se preocupa com o futuro da juventude da comunidade, apresenta sua visão como alguém que é daquele local mas vive fora há muito tempo, apontando alguns aspectos da cultura negra no exterior e o contraste com a cultura local, conforme podemos observar em alguns trechos da sua narrativa:

O que eu percebo lá fora é que a valorização da cultura negra e da cultura brasileira é muito diferente. Parece que lá as pessoas se orgulham de mostrar suas raízes, suas culturas. Hoje as pessoas são muito influenciadas por outras culturas, principalmente a americana. Desde a comida até a música, e isso acaba fazendo com que as pessoas vão deixando um pouco de lado a cultura afro-brasileira. Os africanos que moram em Portugal, por exemplo, sempre fazem questão de mostrar sua cultura. Do Brasil o que se mostra é só o samba, capoeira e feijoada (Entrevistado X, 34 anos, março de 2016).

Nesta narrativa observamos a defesa da representação de uma identidade nacional ao mesmo tempo evidencia o que Hall (2006) chama de uma crise de identidade no mundo contemporâneo. Com a globalização o acesso a pluralidade de culturas faz com que nos apropriemos de outros costumes e utilizemos essas representações como nossas. Neste caso sente a necessidade de assumir a sua identidade nacional e quilombola no outro país, porém a juventude local não tem a mesma visão. A afirmação da identidade se faz necessária, neste caso, como mobilização política, sendo que em outros momentos assumem outras identidades, conforme o espaço onde estão inseridos exige.

Quando observamos a respeito de sua afirmação, de que não há divulgação da cultura negra e quilombola em Palmas, perguntamos quais caminhos acreditava que a comunidade deveria seguir para mudar esse contexto, e segundo o depoente, acredita

que poderia haver um regaste maior da cultura negra e quilombola com a juventude. Partir dos líderes, mostrar e abrir para a participação, para que aprendam o que é ser quilombola na prática, o porquê do título de quilombola. Penso que poderiam incentivar a juventude em projetos da comunidade, não sei bem, mas com ajuda de estudos de universidades, orientar como fazer esse resgate. Por exemplo, fazer horta comunitária, ou plantar e vender produtos produzidos na comunidade, da forma como os antigos faziam, que a vó conta que plantavam junto, criavam o gado junto. Pra mim uma comunidade é isso: viver, conviver e partilhar desse espaço. Poderiam fazer mais eventos culturais, envolver toda a cidade, fazer uma feira de artesanatos produzidos aqui na comunidade, algo que fosse regular e não somente em 20 de novembro. Virou um folclore, tipo dia do Índio, dia do Saci, uma coisa que só se fala no dia e depois ninguém mais lembra (Entrevistado X, 34 anos, março de 2016).

Observamos na narrativa a intenção do entrevistado na construção de uma prática de marcação da diferença entre o que é o ser quilombola e o não ser. Para a intensificação dessa marcação vê como necessário o maior envolvimento e participação dos jovens na vida política e nas decisões da comunidade. Para ele, evidenciar que há diferença entre os negros e quilombolas e os Outros, é algo essencial, que deve ser visto e celebrado. Continua sua ideia dizendo que,

A única forma de participação dos jovens nas questões quilombolas é por meio da escola. Acho que se é para a comunidade, toda a comunidade tem que opinar. Se não, só os líderes participam e decidem. Os nossos jovens devem participar também, se não, não adianta de nada o trabalho que é feito na escola. Eles estudam a vida toda, sabem tudo na teoria, mas na prática não fazem nada. Aí um dia, de repente, vão começar a participar? Quando forem adultos? Acho que isso não vai acontecer. Tem que envolver as crianças e os jovens desde já, para que quando forem adultos eles já estejam inseridos nessas discussões. Eu já não moro mais aqui, não vou opinar, mas penso que seja por aí. Quem

está aqui deveria pensar nessas questões (Entrevistado X, 34 anos, março de 2016).

Nesta narrativa, X evidencia a visão da comunidade com relação a juventude como um vir a ser, conforme já exposto anteriormente. Porém, discorda desse aspecto de moratória social, onde a juventude só participa quando puder assumir um papel de responsabilidade. Crê que a juventude deve participar efetivamente na comunidade e nas questões políticas que envolvem decisões. Também argumenta com relação ao contato das crianças e dos jovens com a identidade e cultura negra e quilombola e sua inserção através da escola, que desempenha o papel de produtora dos discursos de apropriação da identidade, através da formação escolar. No capítulo seguinte podemos observar como se dá a construção da identidade através da ocupação do território e por meio da educação e da escola.



### **CAPÍTULO III**

## **TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE**

Neste capítulo faremos uma breve apresentação dos requisitos e os caminhos necessários a percorrer para obtenção da titulação das terras hoje ocupadas por quilombolas no Brasil e pela Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas-PR. Também discutiremos o território em seu aspecto formador de identidades, que no caso do nosso campo de pesquisa é visto como um local valioso, para além de seu aspecto econômico e social, pelo seu significado simbólico, como forma de expressão humana e de identificação. Abordaremos o papel da escola na formação da comunidade, a proposta pedagógica para as escolas quilombolas no Paraná e sua influência na formação da identidade quilombola e na formação de militantes.

### **3.1. O direito ao território e o processo de titulação das terras: A luta das comunidades**

O acesso ao direito à titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos é uma forma de manutenção de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Concebida como uma forma de reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de substancial importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Como consequência do Decreto 4887/2003, ficou regulamentado o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas, sendo a Fundação Cultural Palmares a responsável pela identificação das comunidades. A delimitação, demarcação e titulação, que antes era de responsabilidade do Ministério da Cultura, torna-se responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Porém, o INCRA não é o único órgão responsável pela titulação de territórios quilombolas. Cabe ao INCRA a titulação de territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto 4887/2003).

Além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão. Também cabe

aos Estados e Municípios a expedição os títulos às comunidades quilombolas que se localizam em terras de domínio estaduais e municipais. Alguns Estados possuem leis específicas para a regularização de áreas de terras quilombolas, por exemplo, os Estados do Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Segundo dados do INCRA, até o momento foram emitidos 220 títulos, regularizando 754.811,0708 hectares em benefício de 152 territórios, 294 comunidades e 15.910 famílias quilombolas, conforme quadro a seguir:

**Quadro: 5 - Titulação de Territórios Quilombolas - Dados atualizados em 13/04/2017.**

| QUADRO GERAL DE TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS |               |
|------------------------------------------------------|---------------|
| GOVERNO                                              | ÁREA TITULADA |
| FEDERAL                                              | 170.456,7035  |
| ESTADUAIS (PA, BA, RJ, MA, SP, MS, PI E MG)          | 562.363,6791  |
| PARCERIA GOVERNO FEDERAL E ESTADOS (BA E PI)         | 21.999,6882   |

Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) acesso em 05/05/2017.

Além do INCRA, estes títulos também foram expedidos pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU; Fundação Cultural Palmares-FCP; Instituto de Terras do Pará-ITERPA; Instituto de Terras da Bahia-ITERBA; Coordenação de Desenvolvimento Agrário (BA)-CDA; Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro-ITERJ; Secretaria de Estado de Habilitação e Assuntos Fundiários(RJ)-SEHAF; Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA; Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP; Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul-IDATERRA; Instituto de Terras do Piauí-INTERPI; e Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.

A Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, encontra-se atualmente, em fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). O RTID levanta informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, é composto pelos seguintes elementos: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das

famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

O relatório antropológico é parte integrante do RTID, e de fundamental importância na continuidade do processo. É um documento elaborado por profissionais, antropólogos, vinculados a instituições de ensino e pesquisa que tenham firmado compromisso com o INCRA ou empresas contratadas através de licitação. O relatório antropológico tem como finalidade fazer o levantamento das relações da comunidade em três aspectos: o processo histórico da comunidade, organização social e os usos produtivos e culturais que faz de seu ambiente.

O objetivo deste processo é identificar e analisar as relações da comunidade com o território, que é o que vai embasar a identificação do território proposto a titulação. A coleta de dados para a elaboração do relatório antropológico é realizada em duas etapas: pesquisa bibliográfica e etnográfica. Durante a pesquisa bibliográfica, são levantados todos os elementos sobre o grupo pesquisado existentes em fontes documentais: documentos de cartórios, igrejas, etc., publicações: imprensa, centros de pesquisa, trabalhos acadêmicos, etc.

Já a pesquisa etnográfica, consiste num trabalho de campo com maior intensidade junto à comunidade: visitas às famílias, entrevistas, etc., colhendo todo o material possível que traga elementos que possam evidenciar a sua relação com o território, seu modo de organização social e usos práticos e simbólicos do espaço ocupado. Além das pessoas da comunidade são também ouvidas pessoas externas aquele espaço, que possam proporcionar ao pesquisador a compreensão de possíveis conflitos ou divergências acerca do tema. Durante o processo de coletas de dados a equipe pesquisadora produz o relatório que deve atender todos os pontos estabelecidos pelo Inciso I do Artigo 10 da Instrução Normativa INCRA nº 59/2009.

Após a conclusão dos estudos técnicos é que vem a maior dificuldade, pois após a publicação de edital no Diário Oficial da União, e respeitando os prazos, inicia-se a notificação dos ocupantes dos imóveis, abrindo um prazo de 90 dias para apresentação de contestação ao RTID.

Segundo informações retiradas do site do INCRA, além dos interessados, deve-se encaminhar a cópia do RTID aos seguintes órgãos públicos: Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional -IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União -SPU; Fundação Nacional do Índio -FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional -CDN; Fundação Cultural Palmares -FCP; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro -SFB. Em caso de sobreposição de algum interesse desses órgãos no território identificado, será aberta uma negociação na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da AGU -CCAF.

Após a fase de julgamento e contestação, que tramitará em setores técnicos e jurídicos do INCRA, haverá a fase de conciliação entre as partes envolvidas. De acordo com a Instrução Normativa do INCRA nº 57/2009 (art. 16), a Casa Civil da Presidência da República coordenará as negociações quando houver controvérsias em se tratando do mérito.

Depois de encerrada a fase de negociação para conciliação de interesses públicos e de julgamento de contestação e recursos de interesses privados, a Presidência do Incra publica Portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. A portaria é publicada no Diário Oficial da União e do Estado e deve conter o memorial descritivo do perímetro do território quilombola em vias de regularização.

Na regularização fundiária de quilombo, o título expedido pelo INCRA é coletivo, pró indiviso, ou seja, a comunidade tem o título e todos exercem sobre aquele espaço o mesmo direito, tendo poderes para utiliza-lo e explora-lo.

Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território.

No quadro a seguir, apresentamos o número de títulos emitidos em favor de comunidades quilombolas nos últimos vinte anos.

**Quadro: 6 – Números de Títulos emitidos por Governo – Dados atualizados em 2015**

| QUADRO GERAL POR GOVERNO (TÍTULOS FEDERAIS E ESTADUAIS AGREGADOS) |                   |                       |                          |                       |                |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------|
| GOVERNO                                                           | TÍTULOS EXPEDIDOS | TERRITÓRIOS TITULADOS | COMUNIDADES BENEFICIADAS | FAMÍLIAS BENEFICIADAS | ÁREA TITULADA  |
| FHC                                                               | 44                | 41                    | 89                       | 6.459                 | 773.153,0323   |
| LULA                                                              | 75                | 66                    | 99                       | 5.147                 | 212.614,8680   |
| DILMA                                                             | 88                | 41                    | 50                       | 4.113                 | 54.734,8762    |
| TOTAL                                                             | 207               | 148                   | 238                      | 15.719                | 1.040.506,7765 |

Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) acesso em 19/06/2016 (Quadro retirado do site em 2017).

Podemos visualizar a evolução quantitativa em títulos emitidos desde o início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, até o final do Governo de Dilma Rousseff em 2016. Importante ressaltar que este quadro informativo foi retirado do site do INCRA em sua atualização no ano de 2017. Não temos um motivo claro, mas diante dos retrocessos que vem ocorrendo no país, temos a certeza de que os direitos das comunidades quilombolas serão fortemente afetados.

Com o afastamento provisório da Presidente Dilma Rousseff em 2016, o então Presidente Interino, Michel Temer, editou a Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016, e reorganizou os Ministérios. Nesta reorganização foi extinto o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que passou a integrar junto a pasta de Desenvolvimento Social, passando a ser Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o que acabou por sinalizar o sucateamento do INCRA, afetando assim, todo o trabalho em andamento referente aos processos de demarcação e titulação de terras.

Nesta mesma medida provisória, Michel Temer unificou os Ministérios da Educação e da Cultura, atribuindo, ao então Ministério da Educação e Cultura, no Artigo 27, IV, k, da MP 726, realizar, “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”. Com isto, retirou do INCRA, autarquia competente para execução da política agrária, a atribuição que lhe é própria.

Porém, após diversas críticas e manifestações populares, principalmente da classe de artística brasileira, Michel Temer, voltou atrás na decisão de unificar os dois Ministérios, Educação e Cultura. Assim, através da Medida Provisória nº 728 de 23 de maio de 2016, ocorre novamente a separação dos Ministérios da Educação e da Cultura, e atribui ao Ministério da Cultura, alínea d, “assistência e acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, as ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade dos remanescentes das comunidades dos quilombos”. Posteriormente, em 10 de setembro de 2016, a Medida Provisória 726 é convertida na Lei nº 13.341/16, que alterou a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Com a Lei nº 13.341/16, foram extintos dois importantes Ministérios, que afetam diretamente os interesses das comunidades quilombolas: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por ser responsável pela regularização das terras ocupadas, e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que teve um papel fundamental nos últimos anos, na construção de políticas de promoção

de igualdade racial, com muitas ações realizadas através da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.<sup>16</sup>

Neste ano de 2017, o Governo Michel Temer estabeleceu a suspensão das titulações de territórios quilombolas até que o Supremo Tribunal Federal conclua o julgamento de uma ação sobre a legalidade do processo de demarcação, sendo que esta decisão não tem prazo para ocorrer. Desde 1995, quando as terras ocupadas por quilombolas começam a ser regularizadas, esta é a primeira vez que o governo federal suspende por tempo indeterminado as titulações.

Diante disso, entendemos o cenário atual brasileiro, como um período de retrocessos e incertezas, e isso trará consequências a toda a população. Com relação ao futuro das comunidades quilombolas, especificamente as demarcações e titulação das terras, não se sabe ao certo o que acontecerá, como ou quando. Temos consciência de que existe muitos fatores envolvidos e esta é uma lacuna que permanecerá em aberto.

### **3.2. O território na formação da identidade Quilombola**

Espaço e território são dois conceitos que estão interligados e não podem ser dissociados. O espaço faz-se necessário para demarcar a existência do território e, o território é a condição para que o espaço se humanize. Para Bonnemaïson (2000), o território, em sua expressão humana, é o lugar de mediação entre os homens e sua cultura.

No âmbito da Geografia, entende-se que a relação geradora do território e da territorialidade nasce de uma relação que envolve poder. Não se referindo ao poder como dominação, mas numa relação de apropriação, de fato e simbólica, construída no campo das relações sociais. O território é uma objetivação do espaço, a qual reclama legitimidade para sua efetivação. Necessita do reconhecimento perante a própria sociedade que cria tal território como reconhecimento nas relações de alteridade. A territorialidade, por sua vez, é a prática que visa objetivar tal espaço, pode ser uma estratégia político-cultural com a

---

<sup>16</sup> “Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nasceu do reconhecimento das lutas do Movimento Negro Brasileiro e tem como finalidades: a formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial; promoção e proteção dos direitos dos indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; planejamento, coordenação, execução e avaliação do Programa Nacional de Ações afirmativas; Acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, , convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos a promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.” Fonte: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br) acesso em 15/04/2017.

finalidade de criar um território, mesmo que não se confirme. São relações espaciais que visam reter a alteridade, envolvem o sentimento de pertencimento, vínculos de identidade, são práticas de uso e de representação.

Raffestin (1988), pensou sobre a vontade de constituir território, ou seja, a territorialidade, como o conjunto de relações mantido pelos homens pertencentes a uma sociedade com a exterioridade e a alteridade, valendo-se de mediadores/instrumentos. O instrumento é objeto material ou signo, o que acrescenta um cunho semiológico ao espaço humano apropriado. O teor semiótico da territorialidade humana exige que a análise geográfica vá além da materialidade. A compreensão dos signos atrelados a apropriação e a normatização do espaço passa pela imaterialidade das relações interpessoais e homem-espaço.

Não se faz necessário grandes distâncias para que surjam diferentes territorialidades. Saquet (2011), salienta a influência na concepção territorial da heterogeneidade de tempos e espaços em regiões próximas. Embora haja a processualidade temporal (o tempo físico para sucessividade), cada grupo experimenta um ritmo diverso, o que possibilita a coexistência (estágios técnicos de velocidade do fluxo de informações) de temporalidades variadas em uma mesma época. As relações locais e extra locais afetam a percepção e significação do espaço; a dialética entre tempo e espaço influem sobre o território. Desta maneira, os processos sociais e as articulações espaciais vinculadas ao desenvolvimento territorial, construído histórica e desigualmente, devem ser analisados de modo multidimensional, buscando conhecer os sujeitos, as paisagens e os poderes, as continuidades, as descontinuidades, as redes, os fluxos, as identidades, etc.

A partir das entrevistas realizadas com membros da comunidade quilombola, campo de nossa pesquisa, principalmente as lideranças e membros mais velhos, como Dona Arlete e Dona Cida, percebe-se que a territorialidade da comunidade remanescente não se dá apenas na processualidade temporal, mas também signos atrelados à apropriação e a normatização do espaço, tanto por materialidades, mas principalmente por imaterialidades. O espaço quilombola, congrega materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e possuem um modo de viver próprio, criando-o e recriando-o conforme suas práticas.

Desta forma, entendemos que estamos tratando de um território no qual a proteção da cultura e o direito ao espaço não estão associados as resquícios arqueológicos passados. Tem-se da cultura imaterial, definida como peculiar modo de criar, fazer e viver na comunidade. Esta trajetória é construída especialmente pela história oral que passam

de geração em geração. Da cultura vivenciada, especialmente de um passado de lutas e sobrevivência da escravidão. Segundo Haesbaert (1997),

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

O território ultrapassa as funções geográficas, sociais e políticas; muito além desses aspectos tem o poder de ser gravado no domínio da memória, das representações e dos valores.

A partir de algumas perguntas durante o processo de coleta de dados, obtivemos ricas narrativas vindas dos jovens, nas quais podemos observar algumas características e dimensões simbólicas atribuídas ao território: espaço de compartilhar, herança, tradição, ancestralidade, lugar de direito, pertencimento.

Nos quadros 7 e 8, destacamos alguns fragmentos das entrevistas realizadas. Grande parte dos jovens respondem as perguntas “como você percebe o território quilombola?” e “qual a importância do território na sua vida e da sua família? Você acredita que a titulação das terras fará alguma diferença para a comunidade?”, evidenciando seu valor imaterial, como um local onde compartilham seu modo de viver em comunidade, o aspecto de proximidade e as relações afetivas construídas entre seus membros. Também enfatizam a ligação estabelecida pelo grau de parentesco, sempre evidenciando a questão da descendência de negros escravizados que fundaram a comunidade e ocuparam aquele espaço, destacando a resistência e luta desde a época da escravidão até os dias atuais, contra a discriminação e o preconceito sofrido.

#### **Quadro 7: Percepção do território quilombola**

| <b>Entrevistado(a)</b> | <b>Idade</b> | <b>Sexo</b> | <b>Fragmentos de entrevista</b>                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------|--------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                      | 16           | F           | “Eu acho que o território quilombola é um espaço ocupado por pessoas que são descendentes de escravos, mas que além disso, vivem em comunidade. Que dividem as coisas produzidas na comunidade, que compartilham. Acho que é isso: compartilhar.” |
| 2                      | 22           | F           | “Como uma herança dos nossos ancestrais, um lugar onde nós devemos manter as tradições dos nossos avós e passar isso para nossos filhos.”                                                                                                         |
| 3                      | 15           | F           | “É o lugar onde viveram pessoas negras que foram escravas e que hoje vivem os descendentes dessas pessoas.”                                                                                                                                       |
| 4                      | 17           | F           | “Acho que aonde a gente mora é um território quilombola, por que aqui moraram pessoas que foram escravas.”                                                                                                                                        |
| 5                      | 20           | M           | “É o espaço aqui onde a gente vive. Um lugar que um dia viveram escravos e agora a gente vive.”                                                                                                                                                   |



|   |    |   |                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---|----|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6 | 14 | M | “É o lugar onde moravam negros fugidos da escravidão e que formaram os quilombos.”                                                                                                                                                                                                         |
| 7 | 19 | M | “São os quilombos. Lugares que foram habitados por pessoas fugindo da escravidão, acho que é isso. No caso hoje é o lugar onde vivem pessoas, na maior parte negras, e que continuam sofrendo algum preconceito e discriminação, por ser negro ou por ser pobre. Aqui a gente passa isso.” |
| 8 | 23 | M | “Um território quilombola é um lugar de direito das pessoas que tem parentesco com os negros que foram escravos. Que hoje querem manter a cultura e essa ligação com esses lugares.”                                                                                                       |

Elaborado por Indiamara Pickler, abril de 2017.

#### Quadro 8: Importância do território na vida dos jovens e da comunidade.

| Entrevistado(a) | Idade | Sexo | Fragmentos de entrevistas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------|-------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1               | 16    | F    | “Eu acho que quando a comunidade receber os documentos das terras vai ser muito bom, muito importante para organizar a comunidade, até pra conseguir algumas coisas que precisa muito. Pra mim é importante por que as pessoas que moram lá vão poder dizer que aquele espaço é deles e ninguém vai poder tirá-los de lá, muita gente não tem documento nenhum da casa, eu não moro lá, mas acho que isso vai ser muito bom para as pessoas que moram.”                                                                                 |
| 2               | 22    | F    | “Eu espero que faça muita diferença pra comunidade, que as pessoas possam se sentir mais tranquilas por causa da documentação e que o bairro possa receber verbas para a saúde, educação essas coisas.”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 3               | 15    | F    | “Acho que vai ser bom por que as pessoas vão poder ter o documento nas mãos.”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 4               | 17    | F    | “Eu ainda não sei bem como é, mas acho que vai ser bom para o reconhecimento que as outras pessoas vão ter, quem é de fora da comunidade. Acho que não vão implicar tanto, por que nós vamos ter documento de donos da terra.”                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 5               | 20    | M    | “Eu acho que vai ser bom, por que quando se é dono e tem documento da terra tudo fica diferente. Quem sabe assim as coisas melhoram, venha verba, ainda não consigo pensar muito bem sobre isso, acho que é por que parece uma coisa bem demorada e bem difícil de conseguir.”                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 6               | 14    | M    | “Eu não sei bem como vai mudar, mas acho que alguma coisa vai mudar. Fora ter o documento eu não sei ainda se muda outras coisas. Mas eu acho que é importante sim, vai ajudar as pessoas aqui.”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 7               | 19    | M    | “Não pensei sobre isso. Não sei como vai interferir na vida das pessoas. Acho que só esperando acontecer pra saber se vai mudar alguma coisa, que seja visível mesmo, sabe? Que as pessoas possam dizer mudou isso ou aquilo.”                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 8               | 23    | M    | “Acho que vai ser bom, sim. A gente vai parar de ouvir que está roubando as terras dos outros por que daí vai ter documento que a comunidade é mesmo uma comunidade quilombola e que tem a escritura da terra. Eu não sei como vai ser, por que quem vai ter a posse é a comunidade e não as pessoas, isso pode causar problemas também, por que digamos que uma pessoa quer fazer uma casa em algum lugar, quem vai dizer que pode ou não? Acho que não pensei nisso ainda. Que complicado né? Como será que isso vai ser organizado?” |

Elaborado por Indiamara Pickler, abril de 2017.

Podemos observar nas narrativas, os valores simbólicos presentes no território e que geram relações de identidade e o sentimento de pertencer ao local. Bonnemaïson e Cambrèzi (1996) reforçam que, “o poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (BONNEMAISON E CAMBRÈZI, 1996, p. 10).

Neste sentido, compreendemos o território, de início, como um espaço cultural de identificação ou de pertencimento, sendo que sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território traz em si a noção de poder e afirmação identitária.

De acordo com as narrativas das jovens e dos jovens entrevistados a construção da identidade territorial possui também uma dimensão de memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar a diferença e construir uma nova identidade: a identidade quilombola atual.

Esta nova identidade territorial quilombola é construída valendo-se do reconhecimento de uma origem comum, ou de características que são partilhadas por aquele grupo ou ainda com base em um mesmo ideal. O passado transforma-se numa narrativa atrelada aos interesses do presente como forma de reafirmar essa identidade.

A conquista do território, mesmo que ainda distante, e gerando dúvidas de como vai ser quando houver a titulação das terras, é vista como uma vitória, seja pela conquista do pedaço de chão, pela nova identidade, pela relação com os Outros, externos a comunidade, como pela continuidade da luta e conquista de novos objetivos em vista de melhorias no espaço ocupado.

A memória e a tradição são elementos novamente citados pelos sujeitos da pesquisa como uma forma a preservação da memória e da tradição negra e quilombola e consequentemente elemento formador da identidade.

Conforme aponta Pollak (1992, p. 204), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si”. A memória é o elemento que legitima a identidade e que dá o norte na construção desta.

Halbwachs (1990) contribui significativamente para a discussão das identidades territoriais, pois enfatiza a relação entre memória e lugar e também quando afirma a existência de um dinamismo nas memórias coletivas, pois estão se modificando e se definindo, transformando-se de acordo com a interação e inserção dos sujeitos com outros grupos sociais.

Em nosso campo de pesquisa observamos como elemento que contribui para a construção do sentimento de identificação com o lugar o que Hall (2011, p.54) apresenta

quando refere a cultura nacional como um discurso, que é representada a partir de uma série de símbolos e personagens que traduzem uma espécie de essência que ela tenta constituir. Para o autor a narrativa é contada de várias maneiras e um dos aspectos que dá ênfase às “origens, às continuidades, à tradição e à intemporalidade”.

Outro elemento trazido por Hall (2011), com base em Hobsbawn (2002) é a questão da “invenção das tradições”. Para o autor uma tradição inventada é “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (p.09).

Hobsbawn (2002), aponta que os grupos que precisam de coesão criam, pelo passado, rituais e imagens, e buscam fortalecer no presente uma função identitária e simbólica, de fácil percepção, corroborando com a afirmação de Hall (2011), de que é pelo discurso que se opera a construção/desconstrução de identidades.

Nas imagens abaixo, podemos observar os rituais que ocorrem durante a procissão e a festa de São Sebastião, e que segundo narrativas dos moradores locais ocorre da mesma maneira desde a fundação da comunidade, sendo uma tradição do local e uma forma de preservação da memória e da cultura quilombola.

**Fotografia 6: Preparação do Santo para início da procissão**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 janeiro de 201

Nesta fotografia 6, observamos a imagem de São Sebastião colocada na carroceria da camionete, saindo da Igreja em direção a entrada da comunidade, distante uns 2km aproximadamente. Junto com a imagem do santo vai um senhor já idoso que é o responsável por cuidar da imagem durante o percurso e, também, é a pessoa que inicia o terço e os pedidos de benção neste ritual.

#### **Fotografia 7: Procissão**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 de janeiro de 2017.

Na fotografia 7, podemos ver a longa fila de carros que acompanham e seguem atrás da imagem do santo até a igreja para a participação na missa. A medida que a procissão avança as pessoas vão saindo de suas casas e se juntando aos demais, aumentando o número de pessoas que vem caminhando. A frente, segue um menino, coroinha, vestido de branco com um manto vermelho.

Durante as entrevistas, há uma narrativa de Dona Arlete e Dona Cida em que contam como era a procissão quando eram crianças. Segundo as duas senhoras, “as crianças iam à frente da procissão vestidas de branco, como anjos, isto simbolizava a inocência das crianças, a procissão era conduzida pelos inocentes” (Diário de Campo, Maio de 2015).



Na fotografia 8, observamos o aumento no número de pessoas que se juntam a procissão ao longo do caminho. A maioria dos carros que seguiam atrás estavam ocupados com pessoas de fora da comunidade que vem somente para a participação neste momento de benção, para a missa e depois para almoçar na festa ou comprar o espeto com o churrasco para levar pra casa.

**Fotografia 8: Moradores se juntam a procissão ao longo do caminho**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 de janeiro de 2017.

As últimas fotografias, foram feitas durante a missa em honra ao Santo São Sebastião, no ano de 2017. Solicitamos autorização as lideranças da comunidade e do padre que rezou a missa para fazer as fotografias e nos comprometemos em envia-las depois para arquivo da comunidade.

Nas fotografias, 9 10 e 11, observamos o momento em que as pessoas podiam tocar a imagem do Santo e fazer suas preces em agradecimento as graças alcançadas e também a renovação dos pedidos, perguntamos as pessoas das fotos qual o significado daquele momento.

**Fotografia 9: Diferentes gerações em expressão de fé**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 de janeiro de 2017.

**Fotografia 10: Criança: Pedidos de saúde e proteção**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 de janeiro de 2017.



**Fotografia 11: Jovem: fortalecimento da fé e da tradição**



Fonte: Indiamara Pickler, 22 de janeiro de 2017.

Na fotografia 9, para o primeiro grupo onde podemos visualizar várias pessoas de gênero e idades diferentes, o gesto de tocar a imagem do santo, fazer o sinal da cruz e uma breve oração significa uma forma de expressão da fé no cristianismo; para o menino da fotografia 10, este é um momento de pedir saúde e proteção; e para a jovem moça, na fotografia 11, o ritual significava fortalecimento da fé e da tradição. Neste instante tornou-se presente a concepção daquele momento como um marcador identitário, e como os significados, as identidades, os sentimentos e valores são construídos e reconstruídos a todo momento sem percebermos através da educação não-formal e da convivência com o outro.

### **3.3. A escola e o papel da educação escolar no processo de construção e afirmação da identidade negra e quilombola**

A Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira está presente no espaço da comunidade desde o ano de 2009, quando teve a autorização da oferta do Ensino Fundamental através da Resolução nº 2580/09 de 04 de agosto de 2009.

Após a criação da Associação Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista no ano de 2007, houve a organização da comunidade tanto no processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares como para a instalação de uma escola quilombola no local.

Inicialmente a escola contava apenas com turmas de ensino fundamental, tendo autorizado o funcionamento do Ensino Médio no ano de 2013, através da Resolução 231 de 16 de janeiro de 2013. Com isso foi adequada a nomenclatura da instituição às exigências do Estado do Paraná, passando a denominação de Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Estado de Educação, o Colégio possui 281 matrículas, distribuídas em 12 turmas de ensino fundamental- séries finais, e 6 turmas de ensino médio. Além do colégio estadual, estão em funcionamento no bairro São Sebastião mais duas escolas municipais: Escola Municipal São Sebastião e Escola Municipal Tia Dalva - estas voltadas para o atendimento da demanda da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Embora o Colégio já tenha relativo tempo de existência e número significativo de estudantes, suas atividades funcionam em uma estrutura muito pequena, cedida pela prefeitura municipal. Devido à falta de espaço para salas de aula foi construído provisoriamente uma parte em madeira. As instalações são precárias, não há espaço adequado para as refeições, a biblioteca e sala de professores funciona em uma sala ao lado da Igreja, a secretaria escolar e a sala da direção e equipe pedagógica também estão em um mesmo ambiente, conforme podemos observar nas fotografias seguintes.

Na fotografia 12, funciona a biblioteca do colégio, a sala de apoio e a sala de professores, onde são planejadas as aulas, correções de provas e trabalhos e também é feito o atendimento de alunos em contra turno.



**Fotografia 12: Biblioteca, sala de recursos e sala de professores**



Fonte: Indiamara Pickler, maio de 2016.

Na fotografia 13, podemos visualizar as salas de aula provisórias, construídas atrás da estrutura em alvenaria cedida pela prefeitura municipal. Nestas salas são realizadas as aulas das turmas de ensino médio.

**Fotografia 13: Salas de aulas provisórias**



Fonte: Indiamara Pickler, maio de 2016.

Na fotografia 14, observamos os estudantes em horário de lanche no período da manhã. A escola não possui um local adequado para fazer as refeições, tampouco espaço coberto. Neste dia estava um clima frio e nublado, mas sem chuva, então foi possível servir a refeição no pátio. Os alunos se espremem nos bancos de madeira, construídos pela comunidade, para fazer as refeições. Nos dias de chuva a comida é servida nas salas de aula, que também são muito pequenas, conforme podemos visualizar na fotografia 15.

**Fotografia 14: Horário do lanche**



Fonte: Indiamara Pickler, maio de 2016.

**Fotografia 15: Sala de aula**



Fonte: Indiamara Pickler, maio de 2016.



Quanto aos profissionais que atuam no colégio, são em sua maioria, professores e técnicos administrativos contratados em regime temporário, através de processo seletivo simplificado, o que torna difícil a continuidade no trabalho iniciado a cada ano. Apesar de a comunidade ter autonomia na escolha dos profissionais, através de um processo de Entrevistas e da Carta de Anuência, nem sempre os profissionais classificados no processo seletivo simplificado são os mesmos dos anos anteriores. Segundo relato das pedagogas do Colégio,

o que é mais difícil com relação aos profissionais temporários é que a maioria não é da comunidade e não conhece a proposta curricular da escola quilombola. Alguns se integram e desempenham um trabalho fantástico, porém, outros, estão na escola por não ter conseguido pegar aulas nos locais que gostariam, o que dificulta a realização do trabalho, pois a nossa proposta é que se trabalhe em todas as disciplinas e durante todo o ano a temática negra, afro-brasileira e indígena e não somente na semana da consciência negra em novembro, que é o que acaba acontecendo nos demais estabelecimentos (Diário de Campo, maio de 2016).

A direção do Colégio até pouco tempo era conduzida por profissional que não era da comunidade ou do bairro São Sebastião, essa era uma das reivindicações trazidas pela comunidade. Segundo os moradores, sentiam a necessidade de ter alguém na direção do colégio que fosse quilombola e fizesse parte do local, pois acreditavam que era necessário ter uma pessoa que compartilhasse da identidade quilombola como referência no ambiente escolar. Com a aposentadoria da pessoa que estava há alguns anos no comando, quem assumiu foi a professora Marli, moradora da comunidade e quilombola.

Seguiu-se essa lógica também com a equipe pedagógica, mesmo que os profissionais não fossem concursados, deveriam ser quilombolas ou pelo menos morar no bairro. Com essas mudanças foi possível estabelecer novas diretrizes na escola, no sentido de cumprir efetivamente a proposta pedagógica para a educação quilombola do Estado do Paraná e realizar com maior intensidade o trabalho de construção da identidade negra e quilombola e o fortalecimento dessa identidade, pois a escola é apontada como o principal espaço responsável pela preservação e valorização da cultura e da memória afro-brasileira.

O objetivo geral da proposta pedagógica para as escolas quilombolas da rede estadual de educação do Estado do Paraná, é apontar princípios e orientações para a organização e consolidação de práticas educativas que associem escolarização, educação das relações étnico-raciais e etnodesenvolvimento sustentável e solidário, que tem como finalidade a promoção da igualdade social e étnico-racial. Hoje, no Paraná, existem dois

colégios estaduais quilombolas, o Colégio Maria Joana Ferreira de Palmas e o Colégio Diogo Ramos, na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, no município de Adrianópolis, Região do Vale do Ribeira.

Ao questionarmos os entrevistados se havia algum tipo de incentivo por parte da comunidade para a preservação da cultura negra e quilombola, todos citaram a escola como o local que produz esta subjetividade. Percebemos a existência de experiências significativas que potencializam a apropriação da identidade, pois a escola faz uma abordagem que envolve aspectos do passado histórico, das produções do presente e das potencialidades futuras. A educação quilombola é compreendida como um processo amplo, que inclui a família, a convivência com os outros, as relações com o sagrado e as vivências na escola.

Nesta perspectiva de valorização da cultura são trabalhados aspectos como a elevação da autoestima dos alunos quilombolas, as origens africanas, o direito a titulação das terras, etc., todos estes elementos trazidos para o espaço escolar ajudam no fortalecimento político da comunidade.

Neste sentido, são desenvolvidas atividades escolares com intuito de difusão da cultura quilombola na comunidade, a qual une aspectos do passado a costumes do presente que constroem e reconstroem uma nova identidade.

Uma das formas de divulgar essas expressões culturais é através do artesanato, conforme observamos na fotografia 16.

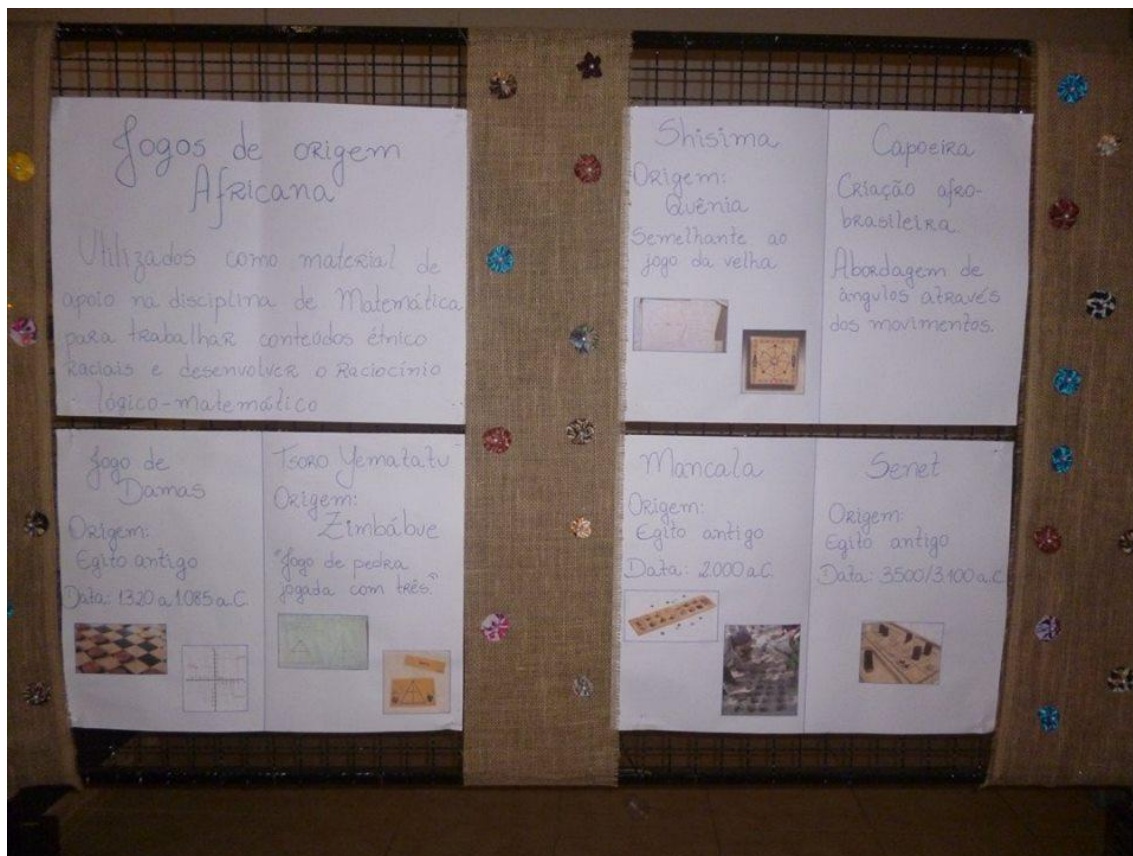
**Fotografia 16: Artesanato confeccionado na escola**



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira

Este trabalho foi realizado por professores e estudantes em oficinas de artesanato. A galinha D'angola, também conhecida como Guiné, é uma ave originária da África e foi trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses. Também é conhecida por servir como oferenda em alguns rituais, especialmente para a orixá Oxum.

**Fotografia 17: Jogos de origem africana trabalhados na disciplina de Matemática**



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira

Na fotografia 17, apresentamos registro de atividade realizada pela escola com alunos das turmas das séries finais do Ensino Fundamental. Esta atividade foi uma construção coletiva e teve orientação dos professores das disciplinas de Matemática, Português, História e Geografia. Os alunos pesquisaram e construíram jogos de origem africana, utilizando os conhecimentos das diversas áreas e que serviram como material de apoio principalmente na disciplina de matemática, para trabalhar o raciocínio lógico matemático.

Neste sentido, entendemos a escola como um forte dispositivo capaz de contribuir com o debate acerca da diversidade cultural, racial e social brasileira, o que não se restringe somente a população negra. Isso é possível por meio de políticas públicas, as quais são entendidas como mecanismo de reparação histórica pelo período em que houve

a escravização de negros no Brasil. Percebemos a importância que a escola dá ao cumprimento das exigências legais conferidas aos sistemas de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 e através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, organiza o ensino de forma a promover os conhecimentos tradicionais, valorizando as características próprias da comunidade.

A escola também é uma importante instituição para a desconstrução do racismo, preconceito e discriminações. A partir da Lei 10.639/03, posteriormente com a Lei 11.645/08, foram dados os primeiros passos na direção da construção de um ambiente escolar apto a debater as questões étnico raciais. Como podemos observar através da fotografia 18, o colégio quilombola procura neste sentido, realizar atividades externas a escola, que abranjam este tema. No dia 21 de março deste ano de 2017, foi realizado na praça central da cidade, atividades de conscientização da população em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial.

**Fotografia 18: Ato contra a discriminação racial**



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira.



**Fotografia 19: Apresentação pelos Jovens do Grupo de Capoeira**



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira

Além do ato Contra a discriminação racial foram expostos objetos de artesanato produzidos pelos alunos do colégio quilombola e apresentações com os/as jovens do grupo de capoeira, conforme mostra a fotografia 19.

Nesta pesquisa, compreendemos a escola como o elemento capaz de construir subsídios necessários para a comunidade fortalecer suas identidades negra e quilombola. Entendemos que é através dos profissionais da educação que este objetivo será alcançado, no entanto faz-se necessário que ocorra a efetivação da Lei 11.645/2008 de forma a enriquecer a prática pedagógica. Essa não é uma necessidade somente da educação

escolar quilombola, mas de toda a educação brasileira, começando pelos cursos de formação de professores.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais (2005, p. 24), as ações educativas de combate ao racismo e a discriminação tem como finalidade organizar, expor e divulgar os valores, pensamentos, jeitos de ser e de viver dos diferentes grupos étnico raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

Nesse sentido a escola assume o compromisso de posicionar-se em relação as práticas de preconceitos dentro do ambiente escolar e trabalha para a construção de um ambiente que valorize as diferentes culturas, práticas culturais e as diferentes identidades, sobretudo a identidade negra e quilombola.

### **3.4. A escola na formação de identidades: A percepção da juventude**

Como é sabido, a escola é uma das instituições sociais que exerce grande poder e influência na formação do ser humano. Na escola passamos grande parte de nossas vidas, não só adquirindo conhecimentos científicos, mas também em contato com valores sociais, morais e éticos.

A partir da ação educativa, da socialização, do contato com o Outro, é que se constroem as identificações. É a partir da consciência de si, do reconhecimento enquanto sujeito, da individualidade, que o ser humano adquire a capacidade de incorporar valores.

Para nossos entrevistados, o processo de construção de identidades está intimamente relacionado com a ação da escola. A família também é um importante agente neste processo de construção do ser humano, mas a interação social, que mais influência tem na formação e apropriação de identidades, é maior e mais efetiva no ambiente escolar.

Questionamos aos jovens participantes da pesquisa se a escola de alguma maneira influenciou em suas vidas, na forma como se veem enquanto seres humanos, em suas atitudes e valores éticos e sociais, e como percebiam essa influência. Segundo algumas narrativas a escola é como uma segunda casa, e exerce influência em suas personalidades, mudando suas formas de agir e pensar. Podemos verificar essa afirmação em alguns trechos de narrativas:

A escola é como minha segunda casa. Por que na escola a gente convive com várias pessoas e sempre somos influenciados de alguma maneira. Por exemplo: na escola tem alguns professores que eu me identifico muito, que eu admiro e que eles dão liberdade para a gente conversar e



perguntar coisas, que muitas vezes não perguntamos em casa, para os nossos pais. Acho que a escola e as relações que temos na escola tem, sim, influência sobre nossa vida e quem nós somos. Com essa sua pergunta eu consigo olhar para o que eu era quando eu comecei na escola e quem eu sou hoje. Grande parte da minha personalidade foi mudando por causa da escola, coisas que eu achava que eram certas e hoje eu vejo que o que eu pensava não está certo, não que fosse errado, mas que consigo ver as coisas de outras maneiras (Entrevistada 1, 16 anos, estudante, fevereiro de 2017).

Neste fragmento, observamos que a entrevistada 1 destaca o papel da escola em suas escolhas e na maneira como passa a observar algumas questões. O contato com os profissionais de educação, principalmente os professores com os quais se identifica e são considerados figuras de referência, lhe proporciona certa liberdade em questionar e esclarecer dúvidas que, por algum motivo, não se sentiu à vontade para questionar os pais ou familiares próximos.

Na sequência, temos a fala da entrevistada 2, que é estudante de licenciatura e atua como docente:

Eu acho que a escola tem um papel fundamental na vida das pessoas, em quem elas são e quem podem se tornar. Como educadora eu percebo o que a escola fez comigo. Quando eu olho para meus alunos eu me vejo neles, quero poder influenciar suas vidas de alguma maneira, fazer com que queiram dar continuidade nos estudos, entrar para a Universidade. Meu maior objetivo como pessoa e profissional é poder fazer um mestrado e um doutorado na área que eu gosto, que é a dança, e poder aplicar meus conhecimentos na escola quilombola, fazer algo bom pela minha comunidade (Entrevistada 2, 22 anos, estuda/trabalha, fevereiro de 2017).

Em sua narrativa, a entrevistada demonstra a influência da ação educativa no espaço escolar em sua formação como ser humano e como profissional, tanto que, seu maior objetivo enquanto educadora é poder adquirir formação técnica para atuar e contribuir com a formação de crianças e jovens quilombolas. Para ela, ver seus alunos interessados em prosseguir com os estudos e ingressando na universidade é um objetivo como profissional, e influenciar nas escolhas desses alunos é considerado como uma forma de contribuição para o reconhecimento da comunidade fora do espaço físico e social que ocupam e uma forma de transformar a vida dos estudantes e dar-lhes perspectiva de um futuro melhor. A escola representa um meio de construir alternativas de progresso, ascensão social e profissional.

A escola também tem a finalidade de representar a identidade quilombola fora da comunidade, é percebida como um instrumento que exerce influência na maneira como os Outros compreendem a comunidade. Segundo o entrevistado 8,

a escola influencia sim. Acho que essa influência da escola não só na formação, mas na comunidade é muito boa. Eu percebo que tudo gira em torno da escola, tudo passa pela escola. Acho que a escola tem que usar essa influência para fazer com que as pessoas se aproximem mais da comunidade, que a comunidade seja vista pelas outras pessoas. Eu acho que quando falam na comunidade a primeira coisa que vem é a escola quilombola, as atividades que acontecem lá. Também é muito vista por causa do grupo de dança e da capoeira, que sempre são chamados para fazer apresentações (Entrevistado 8, 23 anos, trabalhador, fevereiro de 2017).

O entrevistado 8 ressalta a importância da escola como uma forma de apresentar a comunidade para os demais membros da sociedade palmense, porém são conhecidos mais especificamente pela inserção do grupo de dança e do grupo de capoeira na atividades, geralmente festivas, do município.

Percebemos que a comunidade é pouco vista e compreendida pelos Outros por sua característica histórico social, de luta e resistência, tanto que algumas pessoas ainda questionam se realmente existiu escravidão em Palmas. Um exemplo dessa negação ocorreu durante uma das festas em honra a São Sebastião realizadas na comunidade:

quando fomos apresentados por Dona Arlete ao padre da Diocese de Palmas que celebrou a missa, ela explicou a ele que viemos de Francisco Beltrão exclusivamente para participar da festa. Com seu jeito todo carinhoso e orgulhosa, disse-lhe que éramos professores e estávamos pesquisando sobre a comunidade e sua história, que inclusive já tinha até um livro escrito sobre os negros que eram escravos nas fazendas de Palmas. Após alguns minutos ela foi chamada para fazer alguma outra coisa e continuamos a conversa com o Padre. Ele começou a questionar sobre o porquê de pesquisar a comunidade e eis que fez a pergunta: “mas agora sejam sinceros, existiu mesmo escravidão aqui em Palmas? Eu até sei que tem muito negro que trabalhou nas fazendas e ainda trabalha, mas vocês não acham que dizer que existiu escravidão é exagero? (Diário de Campo, Janeiro de 2017)

A partir da fala do entrevistado e desse episódio que registramos no Diário de Campo, observamos que a percepção dos Outros com relação a comunidade é algo um tanto folclórico, como se ser quilombola estivesse relacionado com ser negro, exclusivamente.

A escola é chamada a participar das atividades do município, em eventos, apresentações culturais como forma de evidenciar a diversidade cultural do município, mas associado somente com uma forma diferente de expressão cultural e não com o objetivo de propor a reflexão sobre o que é ser quilombola, sobre o papel do negro na

formação da sociedade brasileira ou discussões sobre o processo de exclusão e discriminação racial.

No entanto, reconhecemos que a busca por reconhecimento e valorização teve um grande avanço com a instalação da escola quilombola na comunidade. Os jovens reconhecem isso quando nos relatam sua percepção acerca da importância da escola dentro da comunidade:

A escola quilombola foi uma conquista para a comunidade, apesar de ser muito precária a estrutura, as pessoas que trabalham na escola se empenham bastante para que o ensino seja de qualidade. E eu acho que é muito bom, por que quase todos os alunos que frequentam o ensino fundamental aqui, passaram na seleção para estudar o IFPR, nos cursos técnicos no ensino médio, então quer dizer que a escola é boa, por que a seleção é concorrida (Entrevistada 3, 15 anos, estudante, fevereiro de 2017).

A entrevistada 3, destaca a qualidade do ensino, pois segundo ela, essa qualidade proporciona o ingresso em instituições federais em que o processo de seleção tem ampla concorrência. Também, de acordo com a entrevistada 2 que é professora,

é importante ter uma escola na comunidade, uma escola que seja quilombola, por que assim a nossa cultura e nossas origens são mais valorizadas. A escola é voltada para uma educação quilombola, que não é comum, igual as outras escolas da cidade. Aqui a gente valoriza nossas origens, nossa história de escravidão, nossa cor de pele e nosso cabelo. Tudo aqui é voltado para a valorização do negro. Qualquer um pode estudar aqui, não é uma escola só para quilombola, mas quem estuda aqui aprende também os nossos costumes, nossos valores, como respeitar as pessoas negras e quilombolas. Isso na verdade ocorre nas outras escolas também, por causa da Lei que diz que deve trabalhar história e cultura afro e indígena, mas que acontece mesmo só na semana da consciência negra, aqui não, aqui é trabalhado isso todos os dias em todas as disciplinas (Entrevistada 2, 22 anos, estuda/trabalha, fevereiro de 2017).

Nesta narrativa, a entrevistada destaca o trabalho da escola no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, exigido pela Lei 11.645/08, e sua importância em estar associado ao currículo de todas as áreas do conhecimento científico e não somente a História, como acontece na maioria das escolas que abordam este tema somente em épocas específicas do ano.

Já o entrevistado 6, aponta a escola como importante mecanismo na promoção do autorreconhecimento e valorização de suas características físicas:

Eu acho que é bom ter uma escola quilombola aqui para que as crianças comecem desde cedo a conhecer a sua descendência, a gostar da cor da

pele e do cabelo. Tem muito quilombola aqui que não é negro, mas para os que são [negros] acho bem importante. Eu tenho uma irmã menor que não gostava do cabelo, mas que por causa do incentivo que dão na escola está começando a aceitar e gostar do cabelo dela (Entrevistado 6, 14 anos, estudante, fevereiro de 2017).

Também questionamos os/as jovens sobre a forma como são trabalhados os conteúdos, como é a atuação dos profissionais e se consideravam que deveria ocorrer algum tipo de mudança. Todos consideram que o trabalho realizado pela escola e a forma como são trabalhados os conteúdos nas disciplinas está adequado. Ressaltam que as mudanças necessárias são com relação a infraestrutura e na forma de contratação dos docentes:

Acho que a escola faz um bom trabalho aqui. O ensino é bom, os professores são bem dedicados. A única coisa que mudaria seria a estrutura da escola. Tudo é muito apertado e velho. Precisava ter um prédio novo, com boa estrutura. A comunidade como um todo precisaria de estrutura, o posto de saúde também. Mas a escola é só a parte da construção mesmo (Entrevistado 6, 14 anos, estudante, fevereiro de 2017).

Como você sabe, a maioria dos professores da escola são PSS [contratados por processo seletivo simplificado], e são poucos que são aqui da comunidade mesmo. Os técnicos administrativos são daqui, mas os professores não são todos. Eu acho que seria importante ter pessoas da comunidade, quilombolas formados para trabalhar aqui. Isso seria bem importante, na minha visão (Entrevistada 2, 22 anos, estuda/trabalha, fevereiro de 2017).

A entrevistada 2, destaca o que já havíamos levantado como um problema para a continuidade do trabalho realizado pela escola: a contratação de professores através de processo seletivo simplificado. Observa a importância da inserção de profissionais oriundos da própria comunidade no ambiente escolar, pois dessa maneira conseguiriam realizar o trabalho de formação mais preciso, pois os profissionais já estariam comprometidos com a filosofia da educação escolar quilombola, facilitando a formação das crianças e adolescentes de acordo com a identidade que a comunidade quer construir.

Por consequência, a influência que a escola exerce na vida cotidiana da juventude e na participação social, permite que o sujeito se engaje cada vez mais na busca pela cidadania, pela aquisição e efetivação de direitos e superem aspectos da trajetória histórica de desigualdade social.

## CONCLUSÃO

Ao encerrarmos a pesquisa, percebemos que a temática abordada está longe de chegar ao esgotamento. Ainda há muito o que observar, o que analisar e o que escrever em diversos aspectos sobre a comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, principalmente por ser uma comunidade que está a todo momento construindo e reconstruindo identidades de acordo com o que lhe é imposto por agentes internos e externos.

Em todo processo de escrita fomos norteados pelas questões de pesquisa que se apresentaram como um importante instrumento no planejamento e na revisão sistemática do ponto central do trabalho. As questões são respondidas de modo mais efetivo a partir do capítulo 2, em que apresentamos como os jovens e as jovens se veem enquanto membros de uma comunidade quilombola e como ocorre o processo de construção dessa identidade.

Percebemos que os sujeitos desta pesquisa, estão se identificando e preservando a cultura que lhes foi apresentada como cultura de seus antepassados e essa é uma das exigências para uma comunidade ser reconhecida como quilombola e ter seus direitos garantidos. Os jovens rapazes e as jovens moças valorizam o local onde vivem, suas tradições, especialmente as religiosas, seus costumes, seus modos de viver e conviver, suas memórias construídas coletivamente, trazendo para si como uma forma de continuidade para as próximas gerações.

Quanto ao questionamento sobre a existência de momentos de contestação ou negação da identidade quilombola, percebemos que não há. Estão presentes insatisfações com relação a infraestrutura da comunidade, mas não com relação ao ser quilombola, a pertencer aquele grupo ou na forma como convivem socialmente e utilizam aqueles espaços. Outro ponto abordado, como insatisfação, é a questão do preconceito social e racial sofrido nas relações com sujeitos externos a comunidade, conforme observamos nos relatos sobre as situações em que foram vítimas de preconceito. No espaço ocupado na comunidade, os/as jovens se sentem acolhidos e gostam do local onde vivem, porém questionam a falta de recursos e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, especialmente saúde e educação.

A partir das entrevistas e do convívio com as pessoas daquele local, percebemos que a apropriação da identidade negra é mais antiga e mais forte que a construção da identidade quilombola, esta é algo recente, hoje é muito valorizada e está presente nos

discursos como forma de afirmação para a conquista de direitos que se tornaram visíveis há muito pouco tempo.

Há em diversos momentos a preocupação em promover a valorização da identidade negra e quilombola pelos membros da comunidade, principalmente de mostrar ao Outro, que existe ali resistência, valorização e afirmação da negritude e da identidade quilombola. Quando estivemos no campo de pesquisa, percebemos que os discursos se intensificavam a cada entrevista, e depois viemos saber que os jovens conversavam entre si e já sabiam quais seriam as perguntas realizadas pela pesquisadora. Diante desse movimento, chegamos à conclusão de que se auto afirmar é uma estratégia de tornar-se reconhecido pela identidade e consideraram importante afirmá-la a qualquer um que esteja interessado em conhecer a dinâmica do local.

Parte desses jovens vive numa condição de moratória social, a juventude como uma fase de preparação para a vida adulta. Sentimos em não ter conseguido explorar uma parcela mais diversificada da juventude local, pois muitos jovens em condições diversas (mães adolescentes, jovens que saíram muito cedo da escola, etc.) não aceitaram participar da pesquisa, e também o fato da concepção de juventude apresentada pelas pessoas da comunidade, que não imaginávamos no início que tomaria esse rumo, não nos permitindo trabalhar com público muito diverso. Isso nos levou a evidenciar a juventude privilegiando as jovens e os jovens mais participativos e próximos aos assuntos da comunidade através da escola, grupo de dança e grupo de capoeira.

Quanto a participação da juventude na vida política e decisões da comunidade, consideramos como inexistente. Embora os jovens demonstrem que conhecem sobre o processo necessário ao pleito de direitos, estes não participam efetivamente, apenas são espectadores e aguardam a vida adulta para participar. Também não lhes é aberto o espaço e não há iniciativas e convites incisivos a participação. Esta é uma das características que mais evidencia o aspecto de moratória social adotado pela comunidade.

A influência das lideranças e membros mais velhos da comunidade na formação identitária dos mais jovens é visível, principalmente com relação as lideranças femininas: Dona Arlete e Dona Cida. Estas, são respeitadas e admiradas por todos os/as jovens, tanto que não há contestações com relação as duas senhoras. Já com relação a liderança da associação quilombola existem críticas sobre a condução da comunidade, o processo de escolha dos representantes e por serem sempre as mesmas pessoas, ou pessoas da mesma família.

A invisibilidade da comunidade, enquanto grupo cultural, diante do poder público e dos demais moradores do município é evidente. Grande parte dos munícipes não sabem

se quer, que existe um processo de reconhecimento e titulação de terras quilombolas em andamento.

O local ainda é referenciado como Bairro Rocio ou Bairro São Sebastião, tanto pelos moradores como pelos Outros. Essa foi uma consequência em assumir o nome de Adelaide como homenagem, o que consideramos como uma descaracterização ou desconstrução de uma identidade que já estava presente e já havia sido assumida que agora tonou-se necessário um trabalho de construção e reafirmação em cima dessa nova nomenclatura.

A questão do território é algo delicado, observamos o valor material e imaterial para a comunidade, mas que tem gerado diversos conflitos com demais moradores não quilombolas e que possuem imóveis na área reivindicada. Esses conflitos têm gerado para a juventude situações de constrangimento pelo preconceito sofrido em ambientes frequentados, como círculo de amigos e escola.

Os sujeitos pesquisados são pessoas que passaram pela escola quilombola e que a consideram como o grande elemento influenciador na construção e afirmação da identidade negra e quilombola. Todos, em algum momento deixam evidente que suas posturas e o conhecimento acerca da temática foram produzidos na escola.

Consideramos que a identidade quilombola vem da escola, esta é o elemento que fomenta a todo momento a construção dessa identidade. A luta pela titulação da terra e por melhores condições para a comunidade é algo que passa pela escola enquanto ponto de encontro, enquanto referência e local de socialização deste grupo. As pessoas que estão à frente da escola são as mesmas que integram a associação da comunidade e são as mesmas que efetivamente trabalham pela titulação do espaço ocupado. Portanto, podemos afirmar que sem o trabalho realizado pela escola no fomento da identidade não haveria uma comunidade efetivamente reconhecida e auto reconhecida como quilombola.

Ao concluir esta dissertação, consideramos que, muito além do conhecimento adquirido durante este trabalho e de uma possível contribuição ao campo de pesquisa, fomos agraciados como seres humanos em compartilhar sentimentos e emoções que nunca imaginávamos que pudessem estar presentes em uma pesquisa acadêmica. Durante esse processo, passamos por diversos percalços, acertos e erros, muitas dúvidas e incertezas, e agora, ao final, reiteramos que somos sujeitos em constante construção e reconstrução, que o mundo é um lugar amplo e bonito e que nele podemos ter acesso ao novo, que devemos sempre estar abertos a conhecer as diversas realidades vividas, nos despojando dos pré-conceitos, respeitando e aceitando o Outro, com seus valores, com sua história e com suas marcas.

## REFERÊNCIAS

### a) Obras

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução de Dora Fraksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUD, Michel. **A arte da tese**: como elaborar trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Tradução Glória de Carvalho Lins. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONNEMAISON, Joël. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. **Jovens sem-terra**: identidades em movimento. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ERIKSON, Erik. **Sociedade y adolescencia**. 10a ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2000.

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Guanabara Koogan, 1989.

\_\_\_\_\_. **O saber local**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -5.ed.- São Paulo: Atlas, 2010.



HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo-SP: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento**: A Comunidade de Casca em Perícia. – 2. Ed. – Porto Alegre.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, José Lucio da Silva. **O Sertão e o Cativo**: Escravidão e Pastoreio – Os Campos de Palmas – Paraná 1859-1888. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

MAESTRI, Mario. **Escravidão no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Atual, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França, São Paulo-SP: Editora Ática, 1988.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; GROPPPO, Luís Antônio (Orgs). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUSA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## **b) Artigos e capítulos de livros**

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières e Indentités. *Géographies et Cultures (Le Territoire)* n° 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BOURDIEU, Pierre. (1983). **A "juventude apenas uma palavra**. In P. Bourdieu (Org.), *Questões de Sociologia* (pp. 113-121). Rio de Janeiro: Marco Zero.

GROPPPO, Luís Antônio. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes**. Última Década N°33, CIDPA Valparaíso, Diciembre 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Vol. 3, Rio de Janeiro-RJ: ANPUR, 2001b.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MANNHEIM, K. 1993. "**El problema de las generaciones**", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, pp. 145-168 ["Das Problem der Generation", in *Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk*, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964, pp. 509-565; "The Problem of Generations", in *Essays on the sociology of knowledge*, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos**. *Análise Social, Terceira Série, Vol. 25, No. 105/106 (1990), pp. 139-165*

## **c) Monografias, dissertações e teses**

ALVES, Diorgenes de Moraes Correia. **A Luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais** / Diorgenes de Moraes Correia Alves – 2013.

CUPERTINO, Maria Cristina. **Juventude rural quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas.** Viçosa, MG: UFV, 2012.

GROPPO, Luiz Antônio. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis.** Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015. ISSN: 1806-5023.

LAGOS, Marcia Beraldo. **Palmas para Mulheres Mil em comunidades Quilombolas: A participação do IFPR campus Palmas no programa nacional de inclusão social.** Pato Branco: UTFPR, 2014.

LIMA, Hellen Cris Leite de. **A construção da memória coletiva na comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista (Palmas-PR).** Monografia conclusão Graduação em História - UFPR, 2013.

LOPES, Marlene Gonçalves. **Imagens e narrativas: trajetória educativa de mulheres quilombolas jovens.** Monografia ((Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2011.

MARQUES, Sonia Maria dos Santos. **Pedagogia do Estar Junto: Éticas e estéticas do Bairro São Sebastião do Rocio.** Tese de Doutorado – UFRGS, 2007.

PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes. **Juventude do campo e quilombola: educação e identidade cultural na Comunidade. Quilombola de Itaboca – Inhangapi/PA.** Belém-PA: UFPA, 2013.

SOUZA, Gilmaria Silva. **A juventude quilombola de Santo Isidoro e os deslocamentos de uma pedagoga/pesquisadora negra em formação.** Monografia. Belo Horizonte - MG: UFMG, 2014.

#### **d) Documentos e leis**

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização Alexandre de Moraes. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial da União em 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, Lei 10.683 de 28 de maio de 2003. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2003.

BRASIL, Lei 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Publicado no Diário Oficial da União em 11 de março de 2008.

BRASIL, Lei 13.341 de 29 de setembro de 2016. **Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.** Publicado no Diário Oficial da União em 30 de setembro de 2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Brasília: MEC, 2006.* Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010.** Curitiba, PR: GTCM, 2010.

#### **e) Sitografia**

[www.acordacultura.gov.br](http://www.acordacultura.gov.br) – A Cor da Cultura

[www.gtclovismoura.pr.gov.br](http://www.gtclovismoura.pr.gov.br) – Grupo de trabalho Clóvis Moura

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

[www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br) – Secretaria Nacional da Juventude

[www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br) – Fundação Cultural Palmares

[www.portalrbj.com.br](http://www.portalrbj.com.br) – Portal Rede Bom Jesus de Comunicação

[www.seed.pr.gov.br](http://www.seed.pr.gov.br) – Secretaria de Educação do Governo do Estado do Paraná

[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br) – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

## **Apêndices**

## Roteiro de entrevistas – Jovens quilombola

1º - Explicar como vai ocorrer a entrevista e sobre o uso do gravador.

### 1. Dados

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Escolaridade:

1.4 Profissão:

2. Poderia falar um pouco sobre você, sua história de vida, sua relação com a comunidade/bairro São Sebastião, se mora e como é viver aqui?

3. Qual a sua relação com a Comunidade? Você participa de alguma atividade aqui?

4. O que é ser jovem para você? Você se considera um/a jovem? Como você se define enquanto jovem?

5. Para você, o que é ser remanescente quilombola?

6. Você se considera um/uma jovem quilombola? Como é ser um/uma jovem quilombola?

7. Como você se considera fazendo parte de uma comunidade quilombola?

8. Você considera que existe alguma diferença entre um jovem quilombola e um jovem não quilombola? Por quê?

9. Quais atividade realizam na comunidade, o que fazem para se divertir? Existe alguma diferença entre rapazes e moças?

10. Em quais locais se reúnem? Percebe facilidades ou dificuldades para realizar atividades de lazer na comunidade?

11. Vocês falaram em preservação da cultura, você acha que existe alguma forma de incentivo por parte da comunidade em preservar a cultura e a identidade negra e quilombola aqui? Quais?

12. O que você acha dessa tradição de lideranças femininas na comunidade? Pensa que deve continuar assim ou que deveria mudar?

13. Você já sofreu algum preconceito por ser negro/a ou quilombola? Poderia falar sobre isso?
14. Como é a relação entre vocês jovens, e os membros mais velhos da comunidade? E com as lideranças?
15. Você considera que existe abertura por parte das lideranças para participação dos jovens nas questões políticas, nas decisões da comunidade? Você gostaria de participar mais nas decisões da comunidade?
16. Você considera que seja necessário alguma mudança na organização da comunidade? Na forma de como é conduzida hoje, as pessoas que estão à frente?
17. Você já passou por alguma situação ou há algum momento que você omita ser quilombola ou que você não gostaria de ser quilombola? Em quais situações e por quê?
18. Você se sente orgulhoso em ser quilombola? Como você se sente em relação a isso?
19. Você acha que deveria mudar alguma coisa na comunidade?
20. Como você imagina a comunidade quilombola no futuro?
21. Pretende morar aqui no futuro?
22. Gostaria de falar sobre algum assunto que não mencionamos, deixar alguma mensagem, falar sobre como se sentiu durante a entrevista?

## Roteiro entrevista – Pessoas mais velhas

### 1. Dados

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Escolaridade:

1.4 Estado civil:

1.5 Profissão:

2. Poderia contar uma pouco sobre sua história de vida?

### 3. Aspectos da juventude

4. Como era ser uma jovem quilombola na sua época? Havia muitas diferenças do jovem de hoje?

5. Como era a relação com as pessoas mais velhas? Têm diferenças da relação que vocês tem hoje com os mais jovens?

6. Quando você era mais jovem participava das decisões da comunidade? Havia espaço para os jovens na tomada de decisões?

7. O que os jovens faziam para se divertir naquele tempo?

8. Como era a convivência com os demais jovens? Onde se reuniam para conversar, conviver e momentos de lazer?

9. Havia uma preocupação em manter aspectos da cultura negra e quilombola? Como era feita essa preservação da memória e das tradições?

10. Você acha que é importante transmitir a cultura, história e memória para os mais jovens? Como fazem isso?

11. Na sua juventude tinha consciência dessa característica/ identidade quilombola?

12. Acha que deveria mudar alguma coisa aqui na comunidade? Em que sentido?

13. Como você imagina a comunidade quilombola no futuro?

Gostaria de falar sobre algum assunto que não mencionamos, deixar alguma mensagem, falar sobre como se sentiu durante a entrevista?



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_  
Brasileiro(a), \_\_ anos, Estado Civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_,  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo denominado: **Identidade e Diferença: Uma etnografia da juventude quilombola da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas/PR**, cujos objetivos e justificativas são:

Objetivo geral: identificar o processo de construção da identidade entre os jovens quilombolas da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista (Rocio).

Os objetivos específicos são:

- Compreender o significado do ser quilombola, procurando analisar como o jovem se percebe enquanto sujeito naquele espaço;
- Identificar os momentos de contestação, afirmação ou negação da identidade quilombola;
- Analisar como se estabelece a relação entre os membros mais velhos e jovens para formação da identidade quilombola;
- Cartografar os espaços indicado pelos jovens como significativos para o processo de construção de identidades;

Este estudo é parte da pesquisa realizada para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – Nível de Mestrado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder algumas questões acerca da temática através **de entrevistas** concedidas ao pesquisador(a).

Recebi os esclarecimentos necessários sobre a ausência de quaisquer riscos. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisadora envolvida com o referido projeto é **Indiamara Ferreira Pickler Machado, aluna do Mestrado em Educação da UNIOESTE e Servidora do IFPR – Instituto Federal do Paraná**, com ela poderei manter contato pelos telefones: **(46) 30570861 / (46) 99804605 / (46) 88020010** ou através do e-mail: [Indiamara.pickler@hotmail.com](mailto:Indiamara.pickler@hotmail.com) ou [Indiamara.pickler@ifpr.edu.br](mailto:Indiamara.pickler@ifpr.edu.br).

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Palmas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Nome:

---

---

*Assinatura do sujeito da pesquisa*

Nome:

---

---

*Assinatura do responsável pelo menor*

*Pesquisadora: Indiamara F. Pickler Machado*  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná*